



Anais da Assembleia

Nº 84

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 05 DE AGOSTO DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 124ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 1976

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Gilberto Carvalho e Waldenício Barbalho.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Adalberto Daros e Gabriel Manoel (39). Achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Antônio Facci, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Wilson Fortes (15).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo). Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo). Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

Com a presença de 39 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução número 64/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 111/76, que aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, com o município de Guaíra, objetivando ampliação do prédio do Grupo Escolar Almirante Tamandaré, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. – APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 64/76

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º – Fica aprovado o convênio celebrado em 10 de fevereiro de 1976, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Interior, com o Município de Guaíra, objetivando a ampliação do prédio do Grupo Escolar “Almirante Tamandaré”, na sede do referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) Accioly Neto - Presidente; Lineu Turra - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 111/76

Acompanhado da Mensagem Governamental número 34/76, de 08 de março de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 10 de fevereiro de 1976, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Interior, com o município de Guaíra, objetivando a ampliação do prédio do Grupo Escolar “Almirante Tamandaré”, na sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO – Presidente

LINEU TURRA – Relator

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo). Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária. Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 125ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 1976

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel e Otássio Pereira.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (39); achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Antônio Facci, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi e Wilson Fortes (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTO:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subs-

creve, requer com a aprovação do Plenário, o envio de expediente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, requerendo prestação para este Poder, das seguintes informações:

1 - Quais as Prefeituras que até a data de 21 de junho de 1976, estavam devendo à COPEL?

2 - Informar a natureza da dívida. Se for com referência ao fornecimento de energia elétrica, esclarecer o montante da dívida de cada Prefeitura e o período a que se refere.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Para justificar o requerimento de informações que propõe nesta sessão, junto à Companhia Paranaense de Energia Elétrica, o Deputado Valter Pietrângelo, transcreve telex recebido de S. Exa. o Prefeito Silvio Magalhães Barros, de Maringá:

1 - NA QUALIDADE DE CONCESSIONÁRIA DA UNIÃO, A COPEL NÃO PODERIA PREJUDICAR SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS PRESTADOS PELO MUNICÍPIO.

2 - NO QUE CONCERNE À PREFEITURA MUNICIPAL, OS PAGAMENTOS DAS TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA SEMPRE FORAM RESGATADOS PONTUALMENTE E POR ISSO MERECEU O PREFEITO, OFÍCIO ASSINADO PELO SENHOR ARTURO ANDREOLI, MANIFESTANDO RECONHECIMENTO PESSOAL PELAS PROVIDÊNCIAS TOMADAS PARA O EQUACIONAMENTO DE DÉBITOS ANTERIORES E RESSALTANDO A PONTUALIDADE DE NOSSA PREFEITURA NO PAGAMENTO DAS CONTAS DOS ANOS DE 73 E 74.

A COPEL CONCEDEU AO MUNICÍPIO DESCONTOS NA QUANTIA DE 111 MIL CRUZEIROS APROXIMADAMENTE, RELATIVOS AOS PAGAMENTOS DAS CONTAS DE 75, UMA VEZ MAIS EVIDENCIADO A ACERTADA ATITUDE ADMINISTRATIVA.

3 - ATÉ MARÇO DE 1976, ASSIM VÍNHAMOS PROCEDENDO ATÉ QUE A COPEL, ATRAVÉS DO SEU DIRETOR DE OPERAÇÕES, PÉRICLES MIRÓ TOURINHO, PROPUSSE A PERMUTA DE UM IMÓVEL DAQUELA EMPRESA POR UM DE IGUAL ÁREA DO MUNICÍPIO. PROPÔS AINDA A COMPRA DE MAIS UMA ÁREA COMPLEMENTAR DE 21.375 M2. QUASE UM ALQUEIRE. COM TAL PROPOSTA CONCORDOU EM PRINCÍPIO ESTA PREFEITURA, RESERVANDO A PALAVRA FINAL DEPOIS DA DEFINIÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL, PROJETO ORA CONTRATADO. PROPÔS-SE O MUNICÍPIO A RETER A QUANTIA SUPERIOR A 1 MILHÃO DE CRUZEIROS. DÉBITOS RELATIVOS A ABRIL, MAIO E JUNHO PARA ULTERIOR COMPENSAÇÃO DA ÁREA PRETENDIDA PRINCIPALMENTE PORQUE FORA A PREFEITURA CONDENADA A PAGAR 3 MILHÕES E SETECENTOS MIL CRUZEIROS POR ATO DESAPROPRIATÓRIO AMIGÁVEL, HOMOLOGADO POR SENTENÇA, DEIXANDO DE IMEDIATO DE ATENDER REQUERIMENTOS DE EMPRESÁRIOS QUE PRETENDIAM ADQUIRIR ÁREAS PARA IMPLANTAÇÃO. AOS 21 DIAS DE JULHO DE 1976, A COPEL PROPOTOCOLOU NA PREFEITURA, ÀS 10 HORAS DA MANHÃ, UM OFÍCIO MANIFESTANDO O ACERTO DAS PROPOSTAS DO MUNICÍPIO E NO PARÁGRAFO FINAL AINDA O DR. PÉRICLES MIRÓ TOURINHO, QUE ASSINOU, DISCORDAVA DA RETENÇÃO PRETENDIDA DE 1 MILHÃO DE CRUZEIROS E O CORTE DA ENERGIA FOI PROCEDIDO 10 MINUTOS APÓS. QUASE SIMULTANEAMENTE A ENTREGA DO REFERIDO OFÍCIO NR JSGDI - 0946/76).

NOSSA RESISTÊNCIA NÃO REPRESENTA OPOSIÇÃO AOS GOVERNANTES MAS À ACADEMIA ADMINISTRATIVA MONETARISTA, QUE ESTIMULA EMPRESAS GOVERNAMENTAIS A APRESENTAREM LUCROS ENORMES EM SEUS BALANÇOS E SENSÍVEL CRESCIMENTO PATRIMO-

NIAL. ISSO PORQUE ESSAS CONCESSIONÁRIAS ATUAM EM REGIME MONOPOLISTA, INCLUSIVE COBRANDO PARA REPARAREM OS SEUS PRÓPRIOS ERROS, NO CASO POR EXEMPLO. A IMPERIOSA RETIRADA DOS POSTES COLOCADOS FORA DO ALINHAMENTO E NA OPORTUNIDADE EM QUE A ADMINISTRAÇÃO PRETENDE PAVIMENTAR A VIA PÚBLICA, RETARDA E ATRAPALHA OS SERVIÇOS, AGINDO SOB A ÉGIDE DO CÓDIGO DE ÁGUAS E ENERGIA. PROIBE QUE FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS PROCEDAM A TROCA DAS LÂMPADAS QUEIMADAS E DEIXAM VIAS PÚBLICAS EM BAIRROS DISTANTES TOTALMENTE ÀS ESCURAS, COMPROMETENDO A SEGURANÇA E A TRANQUILIDADE DA POPULAÇÃO MAIS HUMILDE. PARTICULARMENTE, SENHOR DEPUTADO. A COPEL REGISTRA UM DÉBITO DE 1 MILHÃO E SEISCENTOS MIL CRUZEIROS DESTA PREFEITURA E OS CRÉDITOS EMPENHADOS NA FAZENDA MUNICIPAL ATINGEM CR\$ 693.714,93, NÃO CONCORDAMOS COM ESTA COBRANÇA POR ESTIMATIVA E DESEJAMOS CABAIS DO FORNECIMENTO (PÁGINA 7 E 8 DO MANDADO).

A PORTARIA 378 DE MARÇO DE 75, CONFORME FUNDAMENTAÇÃO DO PROF. ALCIDES MUNHOZ NETTO, JAMAIS PERMITIU O CORTE DA LUZ IMPOSTA PELA COPEL, ALI SE REGULA O RELACIONAMENTO ENTRE CONSUMIDORES PARTICULARES E A EMPRESA E NÃO ADMITE PERTURBAÇÃO A SERVIÇOS PÚBLICOS, NEM PODERIA FAZÊ-LO. DIZ O PROF. ALCIDES, "PORQUE ISTO SOBRE TUDO, IMPORTA NA RENOVAÇÃO DA LEI SEGURANÇA NACIONAL QUE CONSIDERA CRIME PUNÍVEL COM RECLUSÃO DE 8 A 20 ANOS, IMPEDIR OU DIFICULTAR O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS (ART. 29 DA LEI 898, DE 20/06/69). ORA, É ELEMENTAR QUE PORTARIAS NÃO REVOGAM LEIS. NÃO AUTORIZAM PRÁTICA DE CRIME POR QUEM QUER QUE SEJA", FINALIZOU O PROFESSOR".

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, cinco de agosto, data em que o calendário brasileiro assinala o Dia Nacional da Saúde, parece-me que a cada passo de nossa caminhada temos que deparar com contrastes tão violentos, em datas e oportunidades tão marcantes, a fim de que venhamos a esta tribuna que é do povo, para esclarecer ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados e ao próprio Paraná, acontecimentos que, realmente, parece desenobrecer a classe política deste Estado e deste País.

Quando nos dirigíamos à Assembléia no dia de hoje, por volta das sete horas da manhã, ao passarmos em frente à Santa Casa, observamos uma fila de quase cem doentes vindos do interior; ali paramos, para observar o volume daquela fila; conversando com algumas pessoas que compunham aquela fila de indigentes, nos disseram que estão participando da fila, na tentativa de chegar a um atendimento entre dez, quinze, até vinte dias, ficando aqui em Curitiba, muitas vezes dormindo nas ruas, ao relento e ao léu. Aqui na porta da Assembléia Legislativa, na Casa dos representantes do povo do Paraná, nós vemos com os nossos olhos de ler, todos os dias, centenas de pessoas, engrossando a fila de indigentes, pedindo pelo amor de Deus um atendimento médico, pedindo pelo amor de Deus um atendimento que possa salvá-lo da doença. É um País, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com dez milhões de portadores da Doença de Chagas, com dez milhões de tuberculosos; é um País doente, é um povo paupérrimo, é uma situação desastrosa, é uma miséria social, é um calvário permanente. E o que nos reporta é acima de tudo, aquilo que vimos, reportado em o jornal "O Es-

tado de São Paulo” desses últimos três dias; enquanto milhões de brasileiros ficam jogados ao léu e à miséria, Brasília se transforma — segundo afirmação do jornal de maior respeitabilidade deste País e de mais independência, — se transforma num verdadeiro bacanal, onde um Ministro de Estado pode ter, inclusive, até 27 empregados domésticos; onde um Ministro de Estado pode ter até piscina térmica; onde o campo de pouso do próprio Governo vê aumentar, todos os dias, o número de jatos para transportar os homens da tecnocracia.

É um Brasil rico, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É um País que, pela sua extensão territorial, oferece as condições de desenvolvimento e de felicidade para seu próprio povo. Mas, pela falta de equidade, de justiça, na distribuição de suas rendas, promove esta miséria social que aumenta a cada dia que passa.

Hoje, é o Dia Nacional da Saúde. E mais um dia que este Deputado viu o aspecto da triste miséria que assola o povo brasileiro, na porta de um dos mais importantes hospitais de Curitiba.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, segundo orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos com atenção o pronunciamento do nobre Deputado Lúcio Machado, nosso companheiro do Norte Pioneiro, sobre o problema crucial que enfrenta o povo de nosso Estado, o povo de nosso País, enfim, todo o povo do hemisfério.

Queremos apenas discordar de nosso colega sobre o problema de vermos filas de indigentes às portas da Santa Casa de Misericórdia, porque, só após 64 que esses indigentes conseguiram o FUNRURAL. Não tinham um Secretário de Saúde, nem um Governador como Jayme Canet Junior, que foi o pioneiro na vacinação da pólio e em outras vacinas, para combate de tantas doenças que afligem nosso povo.

Fomos os pioneiros nessas campanhas de vacinação.

Devemos vir à tribuna não apenas para criticar, mas para fazer justiça, sem demagogia, justiça ao nosso Secretário de Saúde, que, com risco de sua própria saúde, lutava pela saúde do povo.

É de nossa responsabilidade, como representantes do povo, vir a esta tribuna e dizer tudo que o Governo está fazendo em benefício do povo.

Quero discordar, neste momento, do nobre Deputado Lúcio Machado, que quer responsabilizar o Governo pela situação que aí está. Também o Poder Legislativo tem responsabilidade São inúmeros humildes que procuram os Deputados que nada podem fazer, como também nada pode fazer S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde.

É necessário que haja uma perfeita consonância, um perfeito entrosamento entre situação e oposição.

Deixemos de lado as quizílias políticas e olhemos mais para o povo.

Queremos fazer um alerta a nossos companheiros desta Casa, para que haja um verdadeiro entrosamento entre Poder Legislativo e Executivo, porque não adianta nada vir a esta tribuna fazer demagogia. Temos que estudar a situação, convocando as duas bancadas em consonância para levar o problema ao Governador. Porque o que adianta dizermos que o povo sofre na sua carne, se não procurarmos o lenitivo e o consolo para esse povo?

Queria interpelar meu amigo Lúcio Machado, sobre qual foi a verba destinada para a Santa Casa, para dar lenitivo e consolo a esse povo que padece. Qual foi o dia em que as bancadas unidas, com um só pensamento cristão levaram suas soluções ao Secretário da Saúde, dizendo “hoje é o dia da saúde?”. Pelo menos um esboço de projeto, para darmos lenitivo a esse povo, é o que precisamos fazer. De nada vale virmos a esta tribuna criticar, se nós somos apáticos nas soluções, se vemos as filas de indi-

gentes na Santa Casa e mesmo aqui na porta desta Assembléia.

De que adianta criticarmos e jogarmos pedras, se não apresentamos medidas e soluções palpáveis e concretas?

É um erro de nossa democracia, é um erro desde há muito tempo, mas que vem sendo sanado desde 1964, gradativamente. Os humildes, os pobres lavradores não tinham o amparo que hoje têm, como a aposentadoria do homem do campo. Não havia o FUNRURAL, para que fosse amparado bem ou mal pelo hospital. Então, é preciso que se diga, a bem da verdade, vamos unidos lutar por aqueles indigentes que lá estão e que isso não sirva de trampolim político nem para mim nem para meus colegas. Vamos, unidos, levar ao Sr. Secretário da Saúde, e por intermédio dele ao Sr. Governador do Estado, a solução concreta e palpável, para que aqueles homens esfarrapados, mutilados pela sorte não sirvam para demagogia política. Que não se venha aqui da tribuna da Assembléia falar em nome daqueles homens, porque com a saúde e miséria do povo não se brinca. A miséria do povo é uma coisa muito séria. De nada adianta falarmos aqui do sofrimento do povo, quando temos tapetes de nylon, e chorarmos demagogicamente para dizer que o povo está sofrendo.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa comunica que está esgotado o prazo que V. Exa. tinha para usar da palavra.

O SR. GABRIEL MANOEL — Obrigado, já terminarei.

Então, queria solicitar ao eminente Deputado, companheiro e amigo Lúcio Machado, para procurarmos uma solução concreta e palpável, ao invés de virmos a esta tribuna falar na miséria de nossos irmãos brasileiros. Vamos à Secretaria juntos, como homens que querem lutar pelo bem de nosso povo, porque Jayme Canet que é o Governador do Paraná, o Governador do Interior, que está dando estradas, está dando escolas, há de atender nosso apelo em prol desse povo mutilado, sem fazer demagogia. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “A opinião pública brasileira tem sido colhida de surpresa pelas notícias sobre a corrupção da aristocracia burocrática brasileira. De repente constatou que existe um tipo de pelego, burocrata, que se apossou do aparelho do Estado e desfruta de condições de mando, de padrão de vida, que somente se encontram nas cortes.

Nos últimos anos da vida da nação, um pouco ao acaso de “furos” jornalísticos — dessa imprensa, frisemos, tão necessária à vida de qualquer nação, quando desfruta das condições de liberdade e espírito crítico. Dizíamos, um pouco ao acaso dos “furos” jornalísticos, pela fé e esforço público de informar dos jornalistas; mas, principalmente quando as contradições da sociedade e da política permitem a afluência de vários interesses contrariados. Os políticos mais lúcidos sabiam e sabem de muitas coisas que ocorrem, sabem, na verdade, quase tudo. Mas o sistema tem castrado neles, também, o espírito crítico e independente. E assim, há uma conformação que coonestos os erros, os desmandos e a arbitrariedade.

As notícias que principalmente “O Estado de São Paulo” ofereceu sobre as mordomias constituem uma contribuição muito grande para a Nação, para os políticos que desejam ver a moralização e a eficiência compartilhando de todo o serviço público.

E então, temos uma pergunta a fazer: se a imprensa for subsidiada; se a imprensa, a título de “divulgação dos atos do governo” recebe informações pagas e está condicionada a publicá-las e apoiar incondicionalmente o governo, como poderia ajudar o povo, cumprindo sua missão de informar? Como poderia ser esse instrumento da vida social moderna, que se tornou mais do que hábito, a síntese de questões emergentes numa

sociedade? Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os últimos anos da vida brasileira somente poderiam conduzir ao ponto a que chegamos. Não é surpresa nem novidade: as oposições vêm, às vezes timidamente, outras apoiadas pela força da opinião pública, mostrando que esses fatos estão ocorrendo diariamente, e, em si, não consituem a maior gravidade. São o reflexo de alguma coisa maior.

Não nos iludimos com o episódio dos altos salários, nem com as mordomias de luxo, com a dilapidação dos recursos públicos por uma casta de privilegiados. No plano federal e nos Estados; nos municípios; no primeiro e no segundo escalão; quicá no terceiro ou quarto. . . No último escalão, nos sistemas de arrecadação e fiscalização, na orientação do trânsito e na polícia, no encaminhamento de pedidos, requerimentos etc., aparecem, vez ou outra, inquéritos e sindicâncias e, em seguida, tudo volta à normalidade funcional como se fosse a simples extração de um quisto moral, um pequeno quisto.

O que não se quer ver é que o precedente não cria o direito mas a impunidade, e a tolerância com os maiores gera a intransigência e o sentimento de injustiça dos demais. No passado, conhecemos esses fatos como corrupção. Há uma grande corrupção não só nas mordomias, mas nas decisões que afetam a vida nacional quando são contrárias aos interesses das populações, quando favorecem grupos mesmo a pretexto de que é esta a forma de favorecer a Nação. O raciocínio caviloso, o ardil econômico e filosófico não escondem a verdade; quando um ministro sai de sua função para um cargo diretor de grande empresa que beneficiou, decidiu em favor, demonstra à opinião pública com que espírito serviu a um posto importante no País.

Mas, Srs. Deputados, a democracia tem seus riscos e por isso nós a preferimos pelo que exige de ativação das diversas posições e interesses; pelo que permite de debates e críticas. E isto tem faltado na vida pública brasileira. E é isso, antes de qualquer outra coisa, que tem faltado à VIDA PÚBLICA BRASILEIRA.

É que a moralidade e o espírito de casta e elite são totalmente incompatíveis.

De nada adianta a punição castrense, dos atos. Eles cada vez mais se mostram incompatíveis com os fins a que dizem servir. Foi amordaçada durante muito tempo a opinião pública para que calassem as suas críticas, para que as vozes se acostumassem ao "Amém" e "Sim, Senhor".

E o Sr. tem seus vassalos e estes vassalos têm também suas próprias cortes, e estas cortes ocupam o próprio serviço público e este serviço público é resultado da contribuição de todos. E todos não podem falar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que há de afrontoso no episódio das mordomias é que são imorais e constituem corrupção não passíveis de punição no presente. Não haverá punições, só remendos. Só satisfações à opinião pública para que não se repitam. E não estranhemos se aumentarem as restrições às informações. Se aumentarem os resguardos, à fiscalização pública, ao acesso de todos aos corredores e salas dos ministérios, departamentos, chefias, autarquias, sociedades de economia mista.

O que precisamos entender é: se estão acontecendo imoralidades públicas, como por cobro a isso? E então tomar as medidas cabíveis. Porém, não basta.

Quais são as reais causas desses acontecimentos? E até onde se estendem? Se as causas e a extensão do mal têm a amplitude que todos sabemos, qual é a idéia e a prática que as sustentam? Temos uma resposta. Uma resposta que as Oposições vêm enfatizando e que, teimosamente, a demagogia oficial, procura diminuir de importância, acusa de demagógica: são as idéias de que os grupos no Poder, a tecnocracia, a burocracia em geral e as cabeças togadas do Executivo e seu sistema de apoio estão voltadas contra os interesses da população brasileira.

Unem-se em corpo e espírito a grupos internacionais contra corpo e alma da Nação. Por que devemos entender que o Ca-

pitalismo de Estado, combatido por alguns por ser do Estado que não os favorece mais; e por outros, por ser Monopolista e favorecedor de elites vorazes e agressivas, promoveu aqui um hibridismo assustador, transformando a ação de todos em manipulação de alguns; e passou a criar os estímulos para que todos devam aspirar uma participação na burocracia estatal.

E, numa sociedade que não pode ser chamada de aflente, pelo menos ainda não o é, quais são as oportunidades de trabalho e emprego para seus homens mais qualificados e capazes: nas atividades privadas, onde não cabem 5 por cento da população? Nas atividades burocráticas, em cuja cúpula não cabe 1 por cento da população? Nas atividades liberais que gratificam poucos? O restante, isto é, os 70 ou 80 por cento do povo está no trabalho pesado, com baixos salários e esperanças.

Mas, em vez de a atividade privada constituir o principal atrativo do sistema, o poder, a decisão, a influência decisiva não estão sequer ali ou na Política como corolário da atividade pessoal ou profissional. O céu é a cúpula da burocracia, especialmente se estiver ligada também aos negócios, que viscejam à sombra das decisões, atos, leis, regulamentos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A corrupção de altos funcionários federais, que se apropriaram de direitos no aparelho do Estado; veja-se bem, se apropriaram de direitos, usurparam direitos, é uma extensão de outros direitos apropriados por uma elite econômica e política de maneira sumária.

As vantagens econômicas e sociais de que se apropriaram esses funcionários não são essencialmente diferentes daquelas apropriadas pelos gradualistas, monetaristas, elitistas, parlamentaristas pró-forma, castrenses-sumaristas. Todos aqueles que se julgam no direito de pensar pela Nação, no lugar do povo; de decidir por todos sem consultar a opinião pública.

A diferença é inespecífica, com tinturas de maior ou menor moralidade pessoal. Se há vantagens apropriadas, se uma elite tem o direito e o poder porque não levar avante essa posse proprietária do direito?

Srs. Deputados:

Será que a usurpação de direitos tem distinções tão sutis: a econômica geral para um grupo, a econômica pessoal, a política para um grupo, a política para mando pessoal? Não cremos ser o caso de nos atermos ao que não é substancial. Aqui mesmo no Estado a direção executiva da administração pública tem sido objeto de disputas para apropriação pessoal. Não estão em jogo idéias e posições políticas sobre a vida do Estado: joga-se com o feudo, com o mando político como propriedade de grupos.

Estamos vivendo tempos de transformação, apesar do arbítrio.

E começam a aparecer as denúncias em todos os setores, em todas as áreas e, não seria demais dizer, com certeza não fui eu, não fomos nós, que criamos este monstro.

Com toda certeza não será mais possível calar as vozes em revolta, até que num crescendo elas demonstrem a toda a Nação a que ponto chegamos; não pela maldade e corrupção de alguns homens; mas pelo modelo que impuseram ao povo brasileiro como a salvação dos males econômicos e sociais.

Alguém duvida de que a mare montante está a lavar os escolhos destes tempos de agressão e violência — contra os destinos da Nação?

Tudo indica que está chegando a hora de fazer o balanço de pagamentos, não o da dívida externa que demonstra o fiasco e tanto esforço popular para tão pouco, mas o que diz respeito ao resultado, na ponta do lápis, do que foi feito à vida nacional.

Do que foi feito ao esforço dedicado das classes trabalhadoras deste País.

De nada adianta o empenho pessoal de governantes, fazendo proselitismo político, apropriando-se do esforço do povo: "O Governo construiu, o governo fez, o governo está fazendo, o governo tem a intenção disso e daquilo".

Inaugura o que não fez e promete fazer com o dinheiro dos cofres públicos como uma concessão ao povo; bastante personalizada, elitista realza superior. De nada adianta, dissemos, o povo está com os olhos abertos e o ressentimento na alma.

Está chegando a hora de um grande acerto de contas, que começa nas urnas e vai até a investigação pessoal, moral. O povo começa a desejar o acerto de contas, a insistir, em saber e tomar decisões. Começa a retomar seus direitos. Todos os pelegos do novo tipo, os burocratas usurpadores de direitos e dilapidadores dos bens públicos, os pelegos da política nacional estão inquietos. Aquelas caras sizudas da publicidade paga, a austeridade de fachada, os lances de conselhos e ameaças estão perdendo o poder. Porque à medida que o povo retoma seus direitos, o engodo, a mentira e o arbítrio perdem sua força. Estamos, cremos, no limiar de novos tempos”.

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. permite um aparte?

O SR. TRAJANO BASTOS — Com todo o prazer.

O Sr. Lúcio Machado — Nobre Deputado Trajano Bastos, estamos analisando palavra por palavra de seus escritos, cujo pronunciamento o povo do Paraná gostaria de ver estampado em todos os jornais deste Estado.

E queríamos dizer nesta oportunidade: Viva a imprensa livre, porque ela é realmente o sagrado pão de conhecimento de uma Nação e de um povo.

Ela provoca, inclusive, nobre Deputado, a nosso ver, defesas prévias, defesas prévias sem serem suscitadas; e, é o que vemos, hoje, na “Gazeta do Povo”; S. Exa. o Sr. Governador do Estado, com sua fotografia estampada em uma das páginas desse jornal, faz questão de levar a público a sua atitude exemplar de honestidade.

Chega até a dizer e, recentemente, que encaminhou um advogado lotado na Casa Civil, ao Rio de Janeiro, por cinco dias, para participar do Congresso de Direito Administrativo; mas, sem ônus para o Estado; o exemplo de máxima honestidade administrativa. S. Exa. determinou ao funcionário que fosse ao Rio, se aperfeiçoar para o exercício do mister de sua atividade e, para economia do Estado, determinou, inclusive, que o Estado não teria ônus com seu transporte e com sua estadia.

E nós, como representantes do povo do Paraná, acreditamos, porque exemplos como estes, estão sendo dados, principalmente, pela Secretaria de Saúde, que ao fazer vacinações no interior, fez uma aplicação de capital que não pudemos somar; mas, algum computador deve ter somado. E, deve ser muito maior, o capital aplicado em publicidade caríssima, do que mesmo o medicamento aplicado em benefício à saúde do povo.

Agora, começa-se a por a barba de molho, porque a imprensa sem medo, a imprensa liberal, a imprensa livre, sadia e pura de uma Nação, começou a declarar um tipo novo de pelegismo que existe neste País.

Então, começa a se fazer as defesas prévias, sem serem suscitadas.

Parabenizo-me com V. Exa.; parabenizo-me com a coragem da imprensa desta Nação poderosa, que teve condições de revolver fatos que tínhamos conhecimento; que todos os homens públicos tinham conhecimento, durante muitos anos. E, tenho certeza, esta imprensa, prestou, acima de tudo, um grande serviço a esta Nação, de divulgar através de monólogos e propagandas, vinham empobrecendo, miseravelmente, as camadas mais atuantes deste País, os setenta milhões de trabalhadores que exercem atividades das mais diversas, nos quatro cantos da Nação. Os setenta milhões de homens e mulheres, que unanimemente, provocam o progresso crescente.

Parabéns, nobre Deputado, V. Exa. acima de tudo, honra e dignifica nossa representação do povo neste Parlamento; por tudo e acima de tudo, à imprensa do Paraná, a manifestação do nosso pensamento, que é o pensamento de todo o povo do Paraná.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Solicitaria um aparte a V. Exa.

O SR. TRAJANO BASTOS — Concederei em seguida.

Sou eu quem agradece o aparte, o vibrante aparte do Deputado Lúcio Machado. Reforçando o pensamento de V. Exa e meu, somente a partir de uma imprensa livre, imprensa sem medo, que este País poderá mostrar seu verdadeiro lugar no concerto das demais Nações. V. Exa. tem o aparte.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado Trajano Bastos, não é surpresa para nós, vê-lo mais uma vez nesta tribuna, e estréia com este sério assunto, esta segunda metade deste ano Legislativo. Eu, muitas vezes, tenho pensado que os caminhos do Poder hoje dominante, Poder do Governo, não seriam resultados da equação manipulada e tão matematizada daquele chamado milagre brasileiro?

Eu pergunto a V. Exa. e me pergunto também. Por outro lado, quando a nossa agremiação — não vai aqui nenhum sentido pejorativo ao posicionamento dos nobres parlamentares de outra agremiação. — quando nós, do MDB, nos perfilamos intransigentemente buscando o revigoramento ou a restauração do Poder Democrático, buscando a revogação do Ato Institucional número 5, pretendendo que o estudante tenha liberdade por isso querendo a revogação também do 477, e quando nós falamos que os Atos de exceção não têm assento na mesa da democracia, é exatamente por entender que só a Democracia, através de sua liberdade, é que legitima a posição de independência, da liberdade de imprensa, para que casos como este não venham a furo, depois do tumor já estar tomando conta de todo o organismo.

Veja Deputado: recorda-se que já em Pernambuco houve a participação ativa do Governo da República cassando Wilson Campos, sobre o caso Moreno, por corrupção. Recentemente vimos aí, estampado em manchetes, que lá no Norte também, no Rio Grande do Norte, no Estado que o representa, quem sabe, até o mais extremado direitista que este País já teve, Dinarte Mariz, para de lá banir da vida pública um ex-Governador, colocado lá pelo processo que hoje se estabeleceu no País.

E veja que estava ele envolvido juntamente com outros cinco nomes de expressão na vida nacional.

Eu me pergunto e pergunto aos nobres Deputados e sobretudo a V. Exa. que traz este assunto à tribuna: não seria isto fruto de desvirtuamento que os tecnocratas permitiam que viesse à vida pública?

Não seria isto, Deputado, objeto — e eu faço aqui esta indagação de ordem séria, não só do ponto de vista partidário, é um ponto de vista mais sério, é o ponto do consenso nacional, quem sabe — porque tendo nos nossos relacionamentos ouvido Deputados das duas agremiações, preocupados, sobretudo aqui neste Parlamento, como de sorte também no Parlamento Federal, preocupados com o descaminho e eu poderia dizer até num recurso de retórica, da vida pública, da destinação da coisa pública e sobretudo das verbas públicas, eu pergunto: A Cassação de parlamentares sob a pecha de subversão não seria talvez, desses que tenham surgido no momento, o castramento puro e simples da liderança? Quem sabe até instigado por tecnocratas na voragem de tomar a posição de poder para poder afirmar a sua filosofia tecnicista?

José Bonifácio Coutinho Nogueira, Secretário da Educação e Cultura de São Paulo disse, e eu deixo aqui a reticência, disse aquilo que todos nós sabemos “Aqui se alojam todos aqueles que são corruptos, não sendo necessariamente interpretados como todos o sejam”.

De contraponto, ali estão alojados os subversivos. Subversivos na sinomia política, que se aplica hoje a este termo, ali estariam hoje, todos esses subversivos.

Então, Deputado, quando se verifica publicamente, ainda que num estado de exceção, num estado de suspensão de direitos e garantias individuais, onde a liberdade é tolhida para se poder alcançar um desiderato; eu acredito que quem está neste Poder não conseguindo controlar mais estes desmandos, estes exageros que lá fora desta Pátria retratam bem uma força que

não é o poder do povo, aceitem aí a responsabilidade, talvez seja debitada integralmente, àqueles que tomaram a posição de governo e do Poder todo poderoso, e que aceitem com a responsabilidade que nós temos procurado aceitar, a missão que cabe à oposição neste País e muitas vezes, não é bem interpretada, não é entendida, porque se há que se falar em liberdade e defesa dos interesses nacionais, como se fez na CPI das multinacionais. Este crédito deve ser atribuído a alguém, com honrosa e honradas ressalvas, de homens que até não se podem acomodar, na posição de defensor do Governo.

Nós estamos caminhando, nobre Deputado, para uma crise pior, do que a crise econômica. É a crise da personalidade, a crise de caráter, muito mais lamentável, e que vem deturpando a moral pública de muitos dos que exercem funções públicas. Era o aparte.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A mesa comunica ao nobre orador que estão esgotados os trinta minutos que lhes eram reservados. Agora, passando o tempo reservado para a liderança, e não estando presente o líder, V. Exa. poderá usar da palavra por 15 minutos ou delegar a qualquer um dos seus companheiros de bancada.

O SR. TRAJANO BASTOS — Muito obrigado, Sr. Presidente. Devo dizer que concluirei tão logo responda o aparte do ilustre Deputado Fidelcino Tolentino, e terá o tempo destinado à liderança o Deputado Otássio Pereira.

Deputado Tolentino, V. Exa. toca num ponto crucial da questão inteligentemente. V. Exa. tem razão, não é somente o episódio das múltiplas indústrias, isso não é uma causa, é uma consequência; consequência de uma escalada de poder, que podemos notar, vem se processando neste País. E esta assertiva não é somente minha. O próprio Sr. Ministro Mário Henrique Simonsem disse o seguinte: “A colocação do tecnocrata no primeiro plano da sociedade, constitui experiência brasileira vitoriosa, sobretudo porque a classe política não fez sua alternativa no País, abalada por sucessivas crises políticas.

Desta manifestação do pensamento de S. Exa. o Sr. Ministro, podemos tirar nossas conclusões: a tecnocracia se prepara para tomar de assalto os altos escalões, os altos postos de direção deste País.

E aí então, é que a classe política brasileira terá que se firmar, terá que dar o exemplo de brasilidade, de caráter, se antepondo aos desejos, até inconfessáveis, de certos homens, que através de subterfúgios, através de colocações como esta que faz o Sr. Ministro.

E esta é uma missão não só do MDB mas de todo o povo brasileiro, de toda a classe política, nisto incluindo-se também os homens que integram a ARENA, porque eles fazem parte da classe política nacional.

Antes de concluir, Sr. Presidente, desejo encaminhar à Mesa, o seguinte Requerimento. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, o registro nos Anais da Casa das reportagens de “O Estado de São Paulo”, dos dias 01, 03 e 04 do corrente mês. Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1976.

(a) TRAJANO BASTOS”

Era só, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): “Ontem assistimos nesta Casa um pronunciamento do Deputado Gabriel Manoel que, preocupado com a situação de seu Partido, a ARENA, contestado em todo o Paraná pelo funcionalismo público, fez um apelo em favor de providências para que seja dado aumento aos servidores esta-

duais. A alegação de falta de recursos, que o Governo tem usado para manter na miséria os seus funcionários, foi aqui magistralmente contestada por Gabriel Manoel, que afirmou ter o Paraná superado a arrecadação do Rio Grande do Sul.

Faltou, no entanto, ao parlamentar do Norte Pioneiro, este inteligente e combativo homem do Interior — números estatísticos para mostrar que enquanto os servidores públicos de carreira são massacrados pela ação governamental, o Paraná tem super-funcionários nas empresas paraestatais, nas economias mistas, nas organizações onde só trabalham os apaniguados do Governo, os preferidos da tecnocracia que domina nosso Estado e todo o País.

O Deputado Gabriel Manoel está certo ao apelar ao Governo, para salvação da ARENA. Nesta hora dramática para um partido que se afastou do povo, para salvar ao menos os dedos porque os anéis estão afundando no mar de indignação que o País inteiro vive, diante da certeza de que os abusos de despesas dos super-funcionários deste País precisam ser coibidos, ao menos em nome da melhor distribuição de renda, para não se falar na necessidade essencial de se combater a corrupção que grassa nos altos escalões da República.

A denúncia do jornal “O Estado de São Paulo”, corajosa, e que traumatizou a Nação com a crueza dos fatos relatados, é hoje um argumento sobre o qual nosso Governador deve se debruçar, ele que sabe que às suas costas, os seus auxiliares protegem os poderosos e deixam ao sabor da própria sorte milhares de funcionários estaduais que ganham os mais baixos salários deste País.

A Nação Brasileira sabe que as denúncias não serão simplesmente ignoradas pelo austero Presidente Ernesto Geisel, em cujas mãos a Nação deposita as suas esperanças de que a Revolução Brasileira, tão rigorosa com os pequenos corruptos, volte agora a força das suas leis contra aqueles que à sombra do Poder devoram a economia da Nação enquanto o povo brasileiro aceita tranqüilamente as regras e os rigores da luta de um País inteiro contra a inflação. As graves denúncias deste jornal que é um verdadeiro líder da liberdade de imprensa em nosso País, merecem uma resposta do Sr. Presidente da República, não com o endurecimento político do País mas com a abertura de sindicâncias e a punição dos que forem efetivamente culpados.

Nós paranaenses, sabemos muito bem o que significa para a economia de nossa cidade, de nosso Estado e do nosso País, a corrupção desenfreada de homens públicos que não respeitam os cargos que ocupam nem o povo que representam.

Aqui mesmo, neste Centro Cívico, assistimos a ascensão e queda do ex-Governador Haroldo Leon Peres, que derramou no Paraná um mar de corrupção que obrigou ao Governo da República medidas urgentes que não se completaram, infelizmente, pois afastado do Governo por comprovada atitude incompatível com o cargo que ocupava, permanece tranqüilo no Rio de Janeiro, onde exhibe ao sol seu corpo bronzeado de homem colocado em férias permanentes, porque, no momento em que agiu contra os interesses do povo, pertencia -a ARENA.

Que acontecerá, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com os super-funcionários denunciados na edição de “O Estado de São Paulo” de 01 de agosto de 1976, que gastam o dinheiro do povo desordenadamente, desbragadamente, desavergonhadamente?

Que acontecerá, Sr. Presidente, com estes construtores de piscinas, decoradores de casas, pródigos filhos de uma Nação pobre onde 3 milhões de jovens abandonados perambulam pelas ruas das cidades, sem lar, sem ensino, sem ter o que comer e o que vestir, como verdadeira legião de menores abandonados e famintos que se transformam diante dos olhos fechados da Nação, nos marginais de amanhã?

Não seria possível recuperar uma parte destes menores, com o dinheiro dos altos salários acumulados pelos super-funcionários? Ou com o dinheiro gasto com a importação de Whisky estrangeiro e de filmes eróticos que divertem os Minis-

tro nas suas noites de Brasília?

Não seria possível usar o dinheiro usado para a gasolina dos carros oficiais que desfilam por este País com madames a bordo, para salvar estas crianças?

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Acredito, sinceramente, como Deputado da Oposição, no patriotismo, na honestidade e na austeridade do Presidente Ernesto Geisel, e considero o Chefe da Nação como uma das grandes esperanças brasileiras para a conquista de nossa projeção como País exemplo para o mundo.

Mais uma vez, a Nação abre crédito de confiança a S. Exa. e eu faço questão de dizer isto neste dia, às vésperas de sua visita ao Paraná, onde a falta de pompa, a ausência de banquetes e o afastamento do programa oficial de qualquer tipo de exagero, é uma demonstração de que o Presidente está disposto a acabar com este verdadeiro festival de banquetes e de festas a custa do povo.

Há necessidade de se colocar um paradeiro nesta situação.

O povo brasileiro não pode ser enganado.

E o Governo deve abrir cada vez mais as portas da censura para que o povo saiba o que acontece, para que as providências sejam tomadas e para que a imprensa livre deste País tenha condições de mostrar ao Governo aqueles que traem os objetivos da Revolução e que banqueteiam à sombra da miséria de um povo heróico e bravo, de um povo trabalhador, de um povo que respeita às instituições, de um povo que jamais aceitará o engodo destes maus brasileiros que não têm nem força moral para prosseguir em seus cargos.

Aqui pretendo citar um pensamento de Santo Agostinho — “Prefiro os que me criticam porque me corrigem, aos que me adulam, porque me corrompem”. É este grande mérito que o Presidente Geisel mostra à Nação, abandonando a fase da bajulação dos áulicos e aceitando a crítica segura de um jornal como “O Estado de São Paulo”, cuja tradição de luta pelas liberdades neste País é um aval que não pode jamais ser ignorado na análise destas denúncias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu venho do Norte do Paraná, da lavoura, de sol a sol, das longas pernadas pelas estradas poeirentas do meu Paraná.

Eu venho, da terra dos “bóias-frias”, que assistem impassíveis o tempo passar ganhando salários aviltados, arriscando suas vidas nos lombos de velhos caminhões, assistindo todos os dias os filhos morrendo de fome, de frio, de ignorância, de verminose.

Eu venho, Sr. Presidente, de uma campanha política difícil, conseguindo cada voto com o suor do meu rosto, com longas jornadas de carona, assistindo a cada dia, a cada noite, a cada momento, o desfile implacável dos poderosos que humilharam o meu Paraná com o poder do seu dinheiro mas que foram vencidos pelo povo.

É por isso, Sr. Presidente, é pelo meu passado de lutas, de dificuldades, de imensos sacrifícios, de derrotas na vida, que eu lamento, que eu sinto no fundo da alma, a profundidade dessas denúncias do jornal “O Estado de São Paulo”.

Não é possível aceitar, em pleno Século XX, em plena época das comunicações de massa, das grandes transformações sociais de um País que luta para alcançar os seus objetivos, uma corte que lembra o passado feudal, onde o povo nascia para ser pobre e sustentar o fausto dos ricos.

Tenho certeza que o Presidente Ernesto Geisel dará a esta Nação um exemplo de austeridade tão grande que o Brasil jamais esquecerá de seu Governo”.

Sr. Presidente, antes de deixar a tribuna, desejo encaminhar à Mesa o seguinte Requerimento. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer inserção em ata de um voto

de regozijo ao Deputado Maurício Fruet, 2º Secretário desta Assembléia, que no dia de hoje recebe o título de “Cidadão Honorário” do Município de Rio Negro.

Requer mais que se registre também, em ata, um voto de louvor à Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores de Rio Negro, por essa feliz concessão.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1976.

(aa) OSVALDO MACEDO, OTÁSSIO PEREIRA, ENÉAS FARIA, ADALBERTO DAROS, LINEU TURRA, EDILSON ALENCAR, DOMÍCIO SCARAMELLA, FIDELCINO TOLENTINO, VALTER PIETRÂNGELO.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, Líder do Governo.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná aguarda com expectativa e vivo interesse a visita que fará amanhã à Capital do Estado, S. Exa. o Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel.

Os círculos governamentais estão ansiosos porque sabem que da visita de S. Exa. fatos ocorrerão que significarão para o Paraná e sua liderança em alguns setores da administração pública deste País.

O Presidente da República presidirá amanhã, ainda na parte da manhã, a inauguração das instalações da CEASA. O Centro de Abastecimento que se inaugurará amanhã é bem o exemplo do esforço conjugado dos Governos Federal e Estadual, visando proporcionar à população da região metropolitana condições de comercialização de produtos essenciais para o consumo, de forma a se eliminar os atravessadores, possibilitando ao consumidor e principalmente ao atacadista o recebimento desta mercadoria essencial, ao preço do produtor.

Em última análise, será o consumidor o grande beneficiado pelo investimento enorme de recursos que ali se verificou.

Mas amanhã o Paraná assiste, com a presença do Sr. Presidente da República, ao ato inaugural de mais de 80 monoca nais, postos de serviço que integrarão todos os municípios paranaenses à rede de telefonia estadual da Telepar.

E, conseqüentemente, coloca o Paraná na liderança, neste País, quanto à perfeição do seu sistema de telecomunicações. É justo que registremos aqui a grandiosidade desse acontecimento; o esforço pessoal do Sr. Governador Jayme Canet Júnior e dos Srs. Diretores da Telepar, desde o instante em que se iniciarem as demarches que visaram a aquisição dos 85 postos de serviço, junto ao governo italiano, para superarem-se barreiras interpostas em conseqüência de resoluções da CACEX. E, posteriormente, com a instalação neste País, de uma fábrica de aparelhos similares que possibilitaram a nacionalização de mais de 50 por cento destes postos que amanhã serão inaugurados com tecnologia totalmente nacional.

S. Exa. presidirá também à assinatura de convênio que alcança importância superior a um bilhão de cruzeiros, visando beneficiar as administrações municipais de Curitiba e dos municípios da área metropolitana que terão recursos para a realização de obras essenciais no setor, principalmente do saneamento do abastecimento de água, da saúde pública visando, naturalmente, melhorar as condições de vida do povo que habita esta área metropolitana.

A presença de S. Exa. o Sr. Presidente da República, em terras do Paraná, no instante em que a opinião pública acompanha com vivo interesse as notícias publicadas por órgãos da imprensa nacional da mais alta respeitabilidade como é o caso de “O Estado de São Paulo” deixa a nós, homens do Governo, a tranquilidade de podermos assistir a ação do Presidente da República, a ação governamental e administrativa de S. Exa. sem nenhuma interrupção, malgrado o que se possa afirmar da existência de determinado liberalismo por parte de alguns funcio-

nários que ocupam cargos altos na administração pública deste País.

A nós da ARENA e do Governo, comporta verificar que S. Exa. não se deixou abater no ânimo de prosseguir fazendo neste País um Governo voltado totalmente aos interesses da coletividade brasileira.

É S. Exa. que tem adotado medidas que demonstram a austeridade de comportamento do Chefe da Nação; que, usando de medidas de exceção, coíbe abusos e, justificando a sua isenção de ânimos, quando os atingidos pelas medidas excepcionais são exatamente homens filiados ao partido que dá sustentação política ao Governo revolucionário.

Mas, também é momento para enaltecermos a figura de S. Exa., quando determina, agora com mais rigor, o que havia já determinado em circulares anteriores que não foram obedecidas por alguns setores da administração, teto de gastos, de vencimentos, de percepção de vantagens e vencimentos, por parte daqueles que servem ao Governo da União.

E nós folgamos saber no Paraná, que dispomos de um homem dirigente no Estado que, desde a sua posse, preocupa-se com a boa aplicação dos dinheiros públicos e determinou rigoroso controle dos gastos em inúmeros setores, principalmente naqueles referentes a despesas de custeio.

Nós da ARENA não nos abalamos com as notícias veiculadas pelo respeitável órgão da imprensa nacional, porque não é novidade neste País, e não é privilégio deste regime a existência dentre centenas de milhares de funcionários públicos, de uma pequena parcela que existe, hoje, como existiu no passado, que se esqueceu das obrigações mais caras de comportamento de austeridade imposta pelo regime, que se deixaram resvalar para o caminho da inconseqüência. Felizmente acreditamos que a exceção adotada pelo respeitável órgão de imprensa já tenha alertado, como alertou os Governantes mais sérios, para que se coibissem, ou que se coibisse a continuidade da prática, agora contestada, e estamos, como disse, tranquilos por verificarmos que nas fronteiras de nosso Estado, felizmente não se verificaram os acontecimentos que envergonharam outras unidades federativas que pelo péssimo comportamento de alguns homens da área do Governo.

Queremos, com esta afirmação que fazemos, de passagem, como sendo de confiança ao homem que dirige a Nação, na véspera de mais uma visita que faz ao nosso Estado, dizer que nós, homens da ARENA, confiamos na integridade moral, pessoal, funcional de S. Exa. o General Ernesto Geisel, porque assistimos sempre sua ação segura, firme, no sentido da salvaguarda dos mais altos interesses da nacionalidade. E aqueles poucos que, denunciados, prevaricaram, haverão de sofrer as consequências da sua leviandade, porque não acreditamos que impunes fiquem aqueles que, exercendo um cargo de confiança, não tenham podido se comportar como era de se esperar que se comportem todos quantos na administração pública dêem o exemplo ou sigam o exemplo das autoridades maiores.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Primeiro, quero manifestar que me soou muito bem quando V. Exa. — vou fazer por partes, dialogando — soou muito bem que V. Exa. venha a esta tribuna primeiro, confirmar as notícias da imprensa; imprensa que noticiou a instalação das ligações telefônicas de todo o Estado, de todos os Municípios do Estado do Paraná. Isto contesta e contraria uma posição formal em resposta que se fez à Telepar. Em resposta a três visitas que fiz à Telepar, quando reivindicava sistema de telefonia, ou mono-canal, ou outro usado, nos Municípios de Capitão Leônidas e Catanduvas.

Isto contraria e, de certa forma, não ficou muito à vontade em dizer que a Telepar tem insistido em negar que estes canais poderiam ser ligados este ano.

Por outro lado, a questão de industrialização de produtos para esta finalidade de telecomunicações no País, quer dizer, como disse V. Exa., tecnologia nacional. Deixo declinar, agota, meu pensamento de que poderemos, num futuro quem sabe, mediato ou imediato, ter realmente, esta tecnologia. O fato de se instalar no País uma empresa

estrangeira para colaborar com o progresso deste País, eu acho válido.

Neste sistema, só não concordo que haja, o fato de se estar instalando no País, não quer dizer que já tenhamos tecnologia elevada para suprir a demanda.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. falou em dialogarmos e eu vou dizer agora, que metade dos "PS" que serão inaugurados amanhã, são de fabricação nacional; e, cinquenta por cento, de aparelhos adquiridos do governo italiano.

O Sr. Fidelcino Tolentino — A tecnologia é transportada do governo italiano para o Brasil. Estou de acordo.

A questão de coibimento de abusos que V. Exa. falou, faz lembrar o caso do Governo Cortes Pereira, que há tempos já deixou o poder, e isto, sem necessidade, acredito eu, de atos de exceção. Se fossem de exceção, teria que ser vulnerada esta falha de imediato, o que não ocorreu com Cascavel, quando houve vários processos de denúncias na CGI, quando surgiu a Resolução e os homens que foram denunciados, não sei se procedente ou im procedente esta denúncia, eu sei que os homens estão na iminência até de disputar mandatos eletivos lá em Cascavel para o próximo pleito.

E, por outro lado, também V. Exa. concorda que há corrupção que existiu no passado.

O SR. IVO THOMAZONI — Eu não concordo; eu disse . . .

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa comunica ao nobre Deputado que está esgotado o tempo reservado à Liderança da ARENA e concede mais dois minutos para a conclusão.

O SR. IVO THOMAZONI — Apenas para significar e dissipar o mal entendido, disse que, dentro de milhares, ou mais de uma centena de milhares de funcionários públicos, é até norma que existam aqueles que façam mal uso da função, do cargo que exercem, o que não é privilégio deste regime e deste sistema, porque V. Exa. sabe que neste País e nos outros, Itália, Japão, Inglaterra, na Holanda, quantos homens, até responsáveis, diretamente, pelos destinos de uma nação, se deixaram, eminente Deputado, corromper pelo dinheiro de multinacionais, na aquisição até, no caso específico, de aviões de uma determinada companhia. Isto não é um privilégio de um país, ou de um regime. Todos os países têm abrigado no corpo de seu funcionalismo, nos diferentes escalões, homens que fogem à fiscalização mais direta de seus superiores e que, portanto, conspurcam e que envergonham e que devem, pelo seu comportamento, devem merecer e, merceirão, tenho certeza, a punição.

Aquele que, dirigindo a Nação, tem pautado por uma conduta de homem sério, homem responsável, e acima de tudo, tem transmitido . . .

O Sr. Fidelcino Tolentino — . . . Eu não quero absolutamente discordar principalmente porque seria uma incoerência de minha parte. Tenho me conduzido assim e tenho me esforçado, pelo menos. E não quero discordar e quero ter o gosto e o prazer, e sobretudo, a satisfação, agora e futuramente, de ter sempre esta notícia de todos os Governos da República, pelo menos depois de 64, pelo menos.

Eu só estou fazendo um paralelo porque Pontes de Miranda também era um homem voltado a um sistema administrativo, político brasileiro.

Então é apenas para dizer, para lamentar que não há porque ter regime de exceção neste País, quando o regime de exceção é um remédio para sanar males de uma forma imediata e por um curto período de tempo. Eu não posso concordar, mais essa vez, e é por isso que eu proclamo a necessidade democrática, porque se tem liberdade de fazer denúncias e de se defender sem nenhum privilégio e sem nenhuma discrepância.

Eu, nesta parte estou também, incorporo a V. Exa. a necessidade de se alijar de toda a espécie de vida pública que possa ter uma pessoa, quando malversa o dinheiro público.

O SR. IVO THOMAZONI — Nós todos, Arena e MDB, estamos

pugnando para que isto continue ocorrendo no País. Quanto à pretensão de que o Ato Institucional fosse usado contra o ex-Governador Cortes Pereira de forma mais rápida, é exatamente o oposto do que eu tenho assistido V. Exa. e outros eminentes Deputados nesta Casa, solicitarem que se estude detidamente as denúncias quando formuladas contra um homem público. E não podemos negar que o Ato que veio para cassar o então ex-Governador deve ter sido consequência da apuração da veracidade das denúncias contra ele formuladas. — (Sem revisão do orador).

O Sr. FIDELCINO TOLENTINO — O que poderia ter sido feito num regime de plena democracia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 61/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 105/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, com o Município de Alto Piquiri, objetivando ampliação de duas salas no prédio onde funciona o Grupo Escolar Bento Munhoz da Rocha Netto, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 62/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 106/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias da Saúde e Bem Estar Social e do Interior com o Município de Altônia, objetivando construção de prédio destinado à Unidade Sanitária, na sede daquele Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 63/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 109/76, que aprova Convênios celebrados pelo Governo do Estado do Paraná através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com os Municípios de Japurá, Icaraíma e Flórida, objetivando construção de prédios destinados a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, nas sedes dos referidos Municípios. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do projeto de Resolução 66/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 116/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Saúde e Bem Estar Social e do Interior com o Município de Paranavaí, objetivando construção de prédio destinado ao Centro de Saúde, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 67/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Guaraqueçaba, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Barbosa Pinto, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO 67/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 03 de outubro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Guaraqueçaba, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Barbosa Pinto, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 20/76

O Poder Executivo, através da Mensagem 154/75, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Guaraqueçaba, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Barbosa Pinto, na sede do aludido Município.

Dispositivo constitucional preceitua que é de competência do Sr. Governador do Estado a celebração de convênios, ad referendo deste Poder Legislativo.

Face ao exposto, e ao contido no processo, somos de parecer que deva a matéria sofrer normal tramitação, opinando por sua aprovação nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, líder da Bancada do MDB, e outros, lido da tribuna, solicitando voto de regozijo ao Sr. Deputado Maurício Fruet, que no dia de hoje recebe o título de "Cidadão Honorário" do Município de Rio Negro. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja enviado à COPEL pedido de informações sobre quais as prefeituras que até a data de 21 de julho deste ano, estavam devendo à referida Companhia e a natureza da dívida. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, lido da tribuna, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, das reportagens do jornal "O Estado de São Paulo" dos dias 01, 03 e 04 do corrente mês. — APROVADO. — (As reportagens acham-se publicadas no final desta ata).

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, pela ordem.

No fim da primeira parte desta sessão legislativa, encaminhei pedido de informações para que a SANEPAR, através do Governo do Estado, me informasse da situação do sistema de saneamento de água e esgotos, em Cascavel. Até agora, não recebi nenhuma comunicação, eu gostaria de saber da Presidência se há condições de providenciar.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Presidência reitera o pedido de V. Exa. e tomará as providências.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, sexta-feira, dia 06, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA
FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO
TRAJANO BASTOS, EM SESSÃO DO DIA 5 DE AGOSTO
DE 1976.

ASSIM VIVEM OS NOSSOS SUPERFUNCIONÁRIOS

Publicado no Jornal "O Estado de São Paulo".

Parecia que de um dia para o outro os superfuncionários governamentais haviam decidido cometer todos os tipos de abusos. Foi no começo do governo Geisel: as seções políticas dos jornais, que vinham de um lustro que quase as levava à extinção, de repente enchiam suas colunas com denúncias sobre as mais variadas práticas de utilização de recursos públicos em benefício próprio, envolvendo entidades e personagens de praticamente todos os escalões do governo.

Na verdade, esta súbita tentativa de desmascaramento do que realmente se passava nos herméticos bastidores governamentais apenas coincidia com um parcial levantamento da censura à imprensa. Os fatos não eram propriamente novos — a novidade consistia na possibilidade de que eles se tornassem públicos.

Ao mesmo tempo, as mudanças político-partidárias provocadas na vida nacional com as eleições de 74, em consequência de um significativo avanço da oposição, que tornou o Congresso Nacional mais atuante, fizeram com que a população tornasse conhecimento de práticas pouco dignificantes.

Os privilégios dos superfuncionários governamentais, da administração direta e indireta, haviam chegado a tal ponto que em maio último o presidente da República resolveu tornar públicas suas preocupações, com a divulgação de uma circular encaminhado aos ministros, determinando que fossem tomadas providências enérgicas contra os abusos.

A íntegra da circular, divulgada à 23 de maio, dizia: "1. A ocupação de imóveis residenciais da União, em Brasília, está regulada pelo decreto número 75.321, de 23 de janeiro de 1975, cujas normas se aplicam à todos os órgãos ou entidades da administração direta e indireta, bem como às fundações sob supervisão artificial.

2. Define citado diploma, em seu artigo 30, entre outros, os tipos de residências destinadas a ministros de Estado (tipo "A") e à titulares de cargos de direção superior ou de grau de representação equivalente (tipo "B").

3. O artigo 34 do mesmo decreto determina que as despesas de manutenção e conservação das residências ministeriais ficam à cargo do órgão a que pertençam, estabelecendo o artigo seguinte que os ocupantes das residências do tipo "B" estão isentos de encargos e despesas de utilização até o limite ali fixado.

4. Chega ao conhecimento do senhor presidente da República, entretanto, que tais prescrições, a despeito de sua clareza, não vêm sendo observadas, notadamente na área da administração indireta e fundações.

5. A vista do exposto, o senhor presidente da República recomenda o assunto à especial atenção dos senhores ministros de Estado e determina sejam efetivamente coibidas as chamadas despesas de mordomia nas residências oficiais não classificadas no tipo "A", promovendo-se a responsabilidade de quem as realize".

Não há notícias posteriores de "promoções de responsabilidade". Mas, hoje, sabe-se que a circular do presidente da Re-

pública só foi divulgada porque ele já havia encaminhado um aviso reservado aos ministros, sobre o mesmo assunto, no ano passado. Como nenhum resultado prático foi observado, ele resolveu tornar o documento ostensivo.

Passaram-se dois meses e novamente o assunto voltava a ocupar a atenção do presidente da República. Em julho, o general Geisel assinava decreto que regula a ocupação de imóveis residenciais da administração federal no Distrito Federal, classificando as moradias em seis tipos com características próprias e indicando, pelo critério de hierarquia funcional, as autoridades e servidores a que se destinam.

Pelo decreto, que se tornou conhecido como a "Lei das Mordomias", só os ministros de Estado terão direito à mordomia, que compreende o assalariamento de serviços, compras de alimentos e serviços de lavanderia, realizados, exclusivamente, nas residências oficiais.

De qualquer forma, os privilégios citados na circular presidencial e posteriormente regulamentados pelo decreto — residências oficiais e mordomias — são hoje apenas uma pequena parcela do aparato colocado à disposição dos superfuncionários governamentais, que inclui aviões executivos, cartões de crédito, contas abertas em supermercados, passagens, diárias e até mesmo uma estranha participação nos lucros de empresas estatais que apresentam déficit em seus balanços.

Durante dois meses, uma equipe de repórteres do "Estado", que incluiu toda a rede nacional de sucursais e correspondentes, fez o mais completo levantamento possível da vida dos superfuncionários governamentais. Na série de reportagens que hoje inicia, o "Estado" mostra como vivem, quem são, de onde vieram, o que pensam e a que tipo de controle estão submetidos os nossos superfuncionários, procurando-se a origem do aparato de privilégios hoje colocado à sua disposição.

E chega-se a uma grave constatação: inexistente uma legislação específica fica que permita ao Congresso Nacional e aos tribunais de contas exercerem, em sua plenitude, a tarefa de fiscalizar as atividades dos superfuncionários governamentais, fato que se torna mais grave à medida em que se prolonga o regime de excepcionalidade em que vive o País. Os reiterados apelos e providências do presidente da República, comprovam, por sua vez, que ao próprio governo torna-se difícil exercer esse controle e impedir os abusos.

O mundo do silêncio e segredos erguido em torno das atividades desses funcionários governamentais, que tudo transformam em questões de segurança nacional, se por um lado dificulta sobremaneira a atividade fiscalizadora da imprensa, assim como a do Congresso, por outro gera um clima favorável a boatos e especulações que se fazem em todo o País — impedindo muitas vezes ao próprio governo distinguir a realidade da fantasia.

O objetivo principal do "Estado ao publicar esta série de reportagens", com fatos públicos e notórios, alguns já anteriormente divulgados em notícias esparças, é o de montar um quadro da situação vigente no País em junho de 76, mostrar suas causas e alertar para o fato de que sem uma legislação que permita um maior controle das atividades desses superfuncionários e com um Poder Legislativo emasculado da sua tarefa fiscalizadora corre-se o risco de ter um poder autônomo e paralelo, de vida independente dentro do aparelho do Estado.

Se algumas das informações coletadas para esta série de reportagens pecarem por imprecisão, o fato deve-se exatamente ao sigilo que cerca as atividades dos superfuncionários e a impossibilidade de acesso a documentos oficiais. Só com o debate amplo e franco é que se tornará possível encontrar a verdade e corrigir as distorções — e é isso que o "Estado" pretende, colocando desde já suas páginas à disposição daqueles que quiserem fazer eventuais esclarecimentos.

Em tudo, o clima de uma grande festa.

O trinco da geladeira quebrou e a mulher não teve dúvidas: chamou um mordomo, pago pelo governo, e deu-lhe ordens para requisitar imediatamente uma geladeira nova, paga pelo governo.

Afinal, para quem é mulher de um diretor do Banco do Brasil, pago pelo governo, é mais fácil comprar uma geladeira nova do que mandar consertar a velha — velha de dois meses de uso.

Elas, as mulheres dos nossos superfuncionários estatais, não costumam hesitar. Quando surgem esses pequenos problemas domésticos, mandam logo trocar tudo. De tapetes e cortinas, a roupa de cama, mesa, banho, guarnições, faqueiros, aparelhos de jantar, quadros e, se for o caso, até máquinas de fazer iogurte — a última novidade introduzida e recentemente pela mordomia de um diretor da Telebrasil que tem telefone no carro.

Surgiu, porém, um imprevisto: o depósito do Banco do Brasil, no Setor das Indústrias, em Brasília, já está lotado de equipamentos domésticos de toda espécie, considerados indesejáveis. Por falta de quem os queira, estragam com o tempo.

Pior é quando a casa inteira é rejeitada, como aconteceu com a casa de um ministro. A casa só não foi abandonada, porque se encontrou uma solução pacífica: um subordinado do ministro aceitou ficar com ela em troca da sua, enquanto o Ministro cuidava da construção de uma nova.

A mesma sorte já não teve a residência oficial do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. A mulher de Lourenço Tavares Vieira da Silva, superintendente do INCRA, não gostou do apartamento da quadra SPS 316 e foi alugado um outro pago pelo governo na SQS 111. O da SQS 316 está fechado até hoje.

Elas, as mulheres dos nossos superfuncionários estatais, são muito exigentes e não gostam de perder tempo com detalhes. Há uma extensa programação de jantares, coquetéis e recepções a ser cumprida em Brasília. É muito raro o dia em que não há uma festa na Capital Federal. Agora, o joquinho de baralho de todas as tardes, sempre a dinheiro, esse é sagrado. Nunca falha. As preferências das mulheres do primeiro escalão variam entre o tradicional buraco, o pif-paf e o biridinha amigo, acompanhados é claro, do chá das cinco.

Para que as noites em Brasília, só há uma opção melhor que as festas: as sessões privadas de cinema, um hobby que já faz parte das melhores tradições da cidade. As sessões mais concorridas — e disputadas — são as promovidas por Reis Velloso, Armando Falcão, Ney Braga, Itamarati, Presidência da República, EMFA, BNDE e outras siglas menos votadas. Com uma atração que nenhum outro cinema pode apresentar, os filmes não são censurados.

Sem precisar sair do País, os superfuncionários da Nova Capital já assistiram ao “Último Tango em Paris”, “Decameron”, “Laranja Mecânica”, “Estado de Sítio”, “Z”, “Emannuele”, entre os mais conhecidos.

Não há, é verdade, muitas outras opções para os que procuram lazeres culturais, o único teatro da cidade está fechado para reformas, e os cinemas do circuito normal passam filmes desinteressantes, que a maioria já assistiu em suas cidades de origem nos fins de semana.

Por isso, talvez, sejam tão cultivados os “open-house” em Brasília. Mas há outros bons motivos. Por exemplo: ninguém gasta nada e todos se divertem. Das suntuosas casas no Lago Paranoá, todas com piscina, aos comes-e-bebes das melhores marcas estrangeiras, passando por garçons e criados, até os carros e motoristas que levam os convivas além das flores ofertadas às anfitriãs, tudo fica por conta das verbas de mordomia ou representação — ou seja, tudo é pago pelo governo.

Se a festa for na casa do ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, os convidados poderão dar um mergulho na piscina, até mesmo nas noites mais frias do ano: ela é térmica. Mas, se por algum motivo preferirem bebidas nacionais às estrangeiras, terão de ir à casa do ministro da Saúde, Almeida Machado — um dos poucos locais onde ainda se serve uísque nacional, um produto raro em Brasília. Para os que gostam de ser bem servidos, a melhor opção ainda é a casa do ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, que dispõe de uma criadagem fixa de 28 pessoas.

É uma roda vida. Os convidados de ontem precisam retribuir amanhã. O movimento em cabeleireiros e butikues é maior do que em qualquer outra cidade brasileira. Sem condições de atender a demanda, as floriculturas, por exemplo, recebem pedidos por telefone. Mandam as flores e depois enviam as contas para a residência ou repartição competente. Como todo dia é dia de festa, o movimento é tão intenso que as contas costumam levar mais de uma semana para serem enviadas.

Ao longo das quadras do Lago Sul espalham-se as residências dos superfuncionários, construídas ou alugadas pelo governo, que paga todas as despesas, incluindo o encarregado da limpeza das piscinas.

É praticamente impossível apurar quantos superfuncionários, hoje, usufruem destes privilégios. Entretanto, um funcionário de inspetoria geral de finanças revela que até o papel higiênico, assim como o uísque, são adquiridos pelo Ministério, onde trabalha para a residência de assessores da secretaria-geral — do terceiro escalão para baixo.

Aos poucos, a seleta “Península dos Ministros” começou a ser invadida pelos presidentes de autarquias e fundações, enquanto a corte de assessores se transferia para os luxuosos apartamentos que antes eram reservados apenas ao primeiro escalão.

Questão de gosto.

Não satisfeitos, os superfuncionários dedicam-se a fazer reformas completas em apartamentos funcionais, como elevar o piso, mudar a forração, derrubar paredes, fechar outros cômodos, de acordo com suas preferências em matéria de decoração, não se preocupando com o gosto daqueles que irão substituí-los, nem com os gastos, que não são deles.

Um dos casos mais comentados em Brasília é o do secretário geral do Ministério da Saúde. Irritado com a decoração que encontrou, mandou trocar tudo. Mas não se limitou a ir a uma loja para comprar móveis novos. Chamou um decorador paulista, mais ao seu estilo, e encomendou móveis sob medida. A reforma acabou custando mais caro que o próprio apartamento.

As residências tanto podem ser construídas com recursos próprios da administração direta ou das empresas estatais, como alugadas. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por exemplo, construiu cinco residências para seus diretores numa mesma quadra do Lago, além, evidentemente, da casa do presidente.

Há um detalhe curioso: em Brasília, os proprietários de Imóveis — apartamentos na Asa Sul ou bangalôs no Lago — preferem alugar suas propriedades aos órgãos públicos. E isso é plenamente justificado, como revelou um episódio recente. O GEIPOT alugou uma casa no Lago, para um dos seus diretores. Como a casa não tinha piscina, o órgão providenciou sua imediata construção. Quando ela foi devolvida ao proprietário — porque o diretor iria para uma outra, ainda mais elegante — qual não foi sua surpresa ao recebê-la de volta com piscina e outros melhoramentos, bastante valorizada no mercado imobiliário, sem que para isso tivesse despendido um único centavo.

O mercado é inesgotável. Como se pode ver por este anúncio publicado em maio no “Correio Brasiliense”. “Órgão público necessita para locação imediata — 4 casas na Península Sul até o QI ou QL 6 — 40 apartamentos com 3 ou 4 quartos em quadras urbanizadas. Informações: Ed. Serra Dourada, Grupo 611 — Fones 24-3886 e 23-5621 — CRECI J/647, B/26351”. O órgão público, no caso, é o Ministério das Minas e Energia, que já tem mais uma superquadra inteira de apartamentos funcionais. As quatro casas no Lago são para diretores. Como uma foi alugada por Cr\$ 10.000,00, o limite estabelecido para o aluguel das demais é Cr\$ 9.000,00, por questões de hierarquia (um funcionário, mesmo graduado, não pode morar melhor que seu superior). O aluguel médio dos apartamentos procurados pelo Ministério é de Cr\$ 5.000,00. Ou seja: só com esse anúncio, o Ministério das Minas e Energia gastará mensalmente mais cerca de Cr\$ 250.000,00 só em aluguéis.

Para o Ministério das Minas e Energia — “Sabendo usar, não vai faltar” — essa despesa talvez não faça muita diferença no orçamento. Mas a moda das residências oficiais e funcionais não se limita hoje à Capital Federal, nem a funcionários transferidos para outros Estados.

Em Manaus, foi construído um “Conjunto dos Secretá-

tários" na administração passada, quando o governador João Walter de Andrade "importou" a quase totalidade dos seus assessores, tanto do primeiro quanto do segundo escalão. Na atual administração, embora a maioria dos secretários tenha casa em Manaus, todos se mudaram para o "Conjunto", apesar do acesso precário e dos 12 quilômetros de distância do centro da cidade. A secretaria do Trabalho e Assistência Social não pensou duas vezes. Além de poder alugar a sua casa e morar de graça — no Conjunto dos Secretários" ela só paga despesas de manutenção e, assim mesmo, as contas de água e luz têm taxas reduzidas — passou a ter à sua disposição mordomo, governanta e polícia de segurança pessoal.

Os órgãos públicos, no entanto, não se limitam a cuidar do bem-estar dos superfuncionários apenas durante os seus dias de trabalho. É preciso pensar também nos dias de descanso. Como faz a Companhia Vale do Rio Doce, que construiu uma casa de veraneio para os seus diretores em Tubarão, no Espírito Santo. Construída em cima de uma pedra, de onde se pode ouvir o barulho do mar, ela vem sofrendo nos últimos tempos os efeitos do crescimento das usinas de pallets e das instalações portuárias.

O atual presidente da CVRD desgostoso com a poluição sonora e a provocada pelo pó de minério resolveu tomar providências. Comprou a mais bela praia de Vitória a "Praia das Gaivotas", que fica de frente para a "Praia Comprida", na Ilha do Frade. Nela será construída a nova residência de verão para o presidente da companhia. Entre terreno e residência, o projeto está orçado em 12 milhões de cruzeiros.

Os privilégios de funcionários, diretores e presidentes de órgãos da administração indireta estão acima da imaginação — e de qualquer tipo de controle. É nessa faixa que se encontra a elite dos superfuncionários, civis ou militares, a começar pelos presidentes e diretores, passando por todos os escalões de assessores.

Além das casas luxuosamente mobiliadas pelas empresas nos bairros mais elegantes, carros e aviões oficiais à disposição, proliferam as mordomias, os cartões de crédito e as contas abertas em supermercados. Cada um pode gastar um teto mensal, em quaisquer circunstâncias, que abrangem até contas de bar e butiques, como foi recentemente denunciado com a publicação das contas de uma empresa estatal carioca.

Não há uma regulamentação própria para as mordomias — regalia a que, até meados da última década, só o presidente da República tinha direito. Ninguém sabe, no governo, afirmar com certeza o que regula a concessão de mordomia, quem tem direito a ela, se há limite para os gastos, como ela deve ser utilizada — e, nem mesmo, o que vem a ser exatamente mordomia.

Por antiga lei da década de 30, apenas o presidente da República podia dispor de mordomia. Atualmente, mordomia para os ministros de Estado é encarada como fato normal, com "jurisprudência firmada" sobre o assunto.

Há um decreto, entretanto, de janeiro do ano passado (DO 1390, de 30 de janeiro de 75), que definiu "Residência Oficial e Funcional". Diz o decreto, em seu artigo 34, que as residências do tipo "A" — ministeriais, exclusivas de ministros de Estado — terão despesas de manutenção e conservação a cargo do órgão ou entidade a que pertencem, respeitado o previsto no respectivo orçamento.

Foi nesse decreto que o ministro Golbery do Couto e Silva se baseou para expedir no final de maio uma circular, por ordem do presidente Ernesto Geisel, determinando providências dos ministros contra os abusos que estavam se verificando nos gastos de mordomia.

Nem mesmo esse decreto-lei, porém trata especificamente da mordomia. Mas o governo está considerando "despesas de manutenção e conservação" como mordomia, para efeito legal. Uma vez firmada essa jurisprudência, a vantagem ficaria restrita

aos ministros de Estado — o que, no entanto, não ocorre na realidade.

"AS VANTAGENS QUASE ILIMITADAS DE UMA CLASSE ESPECIAL"

Em Brasília, a capital dos superfuncionários, todos sabem dos abusos, mas ninguém tem como prová-los, mesmo porque ninguém quer deixar de usufruir das vantagens. Além disso, esses gastos constam geralmente no item despesas gerais na prestação de contas dos órgãos públicos, o que torna ainda mais difícil o seu controle.

Há porém, exceções, como o governo do Distrito Federal, que no ano passado especificou todas as despesas de sua mordomia. Assim, o Tribunal de Contas do Distrito Federal, ficou sabendo que, em curto período, a mordomia do governador Elmo Serejo Farias comprou 47 vidros de laquê, por Cr\$ 2.309,90. A inspetora Elza da Silva Guimarães, do TCDF, achou também "estranhável" a quantidade de gêneros alimentícios adquiridos num só dia: 17 quilos de melão, 23 quilos de uva, 14 quilos de ameixa, 11,3 quilos de mamão, 21 caixas de pêssego e 16 dúzias de bananas.

Mais "estranhável" ainda, ela considerou a compra do dia 15 de maio de 74, quando foram adquiridos para a residência do governador Elmo Serejo Farias 6.825 pães franceses, 280 litros de leite e sete pacotes de pães de forma, todos de uma só firma.

Ao que se saiba, a única medida concreta adotada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, diante de tantas "estranhezas", foi a abertura de um inquérito para apurar a responsabilidade do servidor que forneceu à imprensa os autos do processo de tomada de contas da mordomia do Governador de Brasília — descuido que permitiu ao público ter uma idéia do consumo nas residências oficiais.

Além disso, o TCDF achou conveniente alertar o governador para "possíveis abusos que estariam sendo cometidos por funcionários encarregados das compras de mordomia".

O mesmo destino pare reservado à comissão de inquérito instalada em Alagoas, no final do ano passado, para apurar as denúncias feitas por um deputado da oposição contra o ex-secretário da Fazenda, Mario Berard. Segundo o deputado José Costa, a Secretaria da Fazenda do governo Afrânio Lages gastou mais de 600 mil cruzeiros apenas em patinhas de uça e casquinhas de siri, servidas durante as recepções oficiais.

O decreto-lei 1390 em que o presidente Geisel se baseou para emitir sua circular de advertência e que limita as mordomias aos ministros de Estado, disciplina também o uso das residências oficiais, estabelecendo quatro tipos de unidades: tipo "A", para ministros de Estado; tipo "B", para titulares dos dois mais altos níveis do funcionalismo (DAS 5 e 6), que é a oficial, servindo também para os que têm cargos de representação superior ou equivalente; tipo "C" (funcional superior), para titulares de cargos de direção superior (DAS 4) ou grau de representação equivalente; e tipo "D" (funcional), destinada aos demais funcionários ou empregados, segundo critério a ser estabelecido pelo GEMUD (Grupo Executivo da Mudança), hoje no DASP (Diretoria de Administração e Serviço Público).

Pelo decreto, as residências "A" (ministerial), "B" (oficial e "C" (funcional superior) serão entregues para ocupação com os móveis, utensílios, complementos e equipamentos que foram determinados em resolução do GEMUD.

O artigo 38 do decreto afirma que serão considerados disponíveis, para efeito de redistribuição, as unidades residenciais atribuídas pelo GEMUD a órgãos ou entidades e que não forem distribuídas no prazo de 90 dias; a do tipo "D", que permanecerem desocupadas por mais de 30 dias, contados da assinatura do termo de ocupação.

Contudo, é muito fácil para qualquer morador de Brasília encontrar apartamentos fechados por espaços de tempo muitas vezes superiores àqueles estabelecidos no decreto, como aconte-

ceu com o apartamento do presidente do INCRA.

Quanto mais alto o cargo — e, portanto, o salário — maiores são os benefícios e as isenções estabelecidas no decreto. Para os ocupantes das residências tipo “B”, por exemplo, geralmente secretários-gerais de ministérios ou presidentes de autarquias, o decreto prevê isenção de pagamentos como taxa de ocupação e demais despesas de manutenção (água, luz, telefone), até o limite mensal correspondente a dez vezes o salário-mínimo no Distrito Federal, cerca de Cr\$ 7.000,00.

Nas residências “C” e “D”, os ocupantes são responsáveis por todas as despesas de utilização, além do pagamento de taxa de ocupação, que é de 1 um por cento do valor do imóvel. Estabelece também o decreto que é vedada a utilização das residências “A”, “B” e “C”, “por quem não tem categoria funcional para ocupá-las” — o que, na realidade, não é obedecido.

Em muitos pontos, a legislação que regulamenta os usos e costumes dos superfuncionários é falha. Em outro, inexiste. E, quando a lei é específica, detalhada, completa, como nesse caso das residências oficiais ou no uso dos carros oficiais, ela é desrespeitada das mais diversas maneiras.

Os carros rodam.

Por exemplo: após as reiteradas recomendações do presidente da República para que fosse diminuída a frota de veículos oficiais e o seu consumo de combustível, alguns ministros chegaram a determinar rigidez nesse controle, venderam alguns carros e disciplinaram seu uso.

O Ministro da Justiça, Armando Falcão, foi um deles. Tirou o carro de representação individual dos assessores do seu gabinete, mantendo apenas um para o uso de todos eles, em horário de serviço. Mas manteve os 4 carros da sua segurança, que acompanham o LTD ministerial.

Outro que diz ter “dado o exemplo” foi o diretor-geral do DASP, Darcy Siqueira: reduziu sua frota de 43 veículos de representação individual (os demais não contam no caso) para apenas três. O que Darcy Siqueira não conta é qual o destino dado aos automóveis que não são mais utilizados. Segundo um jornalista das suas relações, no entanto, 20 desses carros foram transferidos para o DOI-CODI do Rio de Janeiro.

Assim, a redução do consumo de combustível, que o governo quer, não se processa, pois as despesas apenas estão sendo transferidas de um órgão para outro. O próprio coronel Darcy Siqueira informa que o DASP fez um levantamento dos carros oficiais circulando atualmente apenas no eixo Rio-Brasília: cerca de seis mil veículos. Mas não definiu se são só os chapas brancas ou também os “chapas-frias”, negras, verde-amarelas, etc.

A última sofisticação em termos de carro oficial para uso dos funcionários também é difícil de ser provada, até mesmo pelo Tribunal de Contas da União, segundo denúncia de um alto funcionário do TCU, que, como todos, pede para não ser citado: alguns Ministérios, como o da Fazenda, estão recorrendo a auto-locadoras, utilizando os serviços de carros de chapa amarela, comum, com motorista, tudo por conta do erário.

O Tribunal de Contas da União já recebeu, nas contas dos Ministérios, despesas referentes a estes gastos específicos. Impugnou-os, pediu explicações e, até hoje, não obteve resposta.

Mas, se em Brasília alguns Ministérios chegaram a cumprir as ordens de Geisel, o mesmo não se pode dizer que ocorre a distâncias maiores do Palácio do Planalto. No Pará, por exemplo, depois de instituir todas as honras palacianas, como formação de guarda e toque de cometa à sua chegada, o governador Aloysio Chaves resolveu comprar o mais caro automóvel fabricado no Brasil, o Ford-Landau (ao preço de Cr\$ 140.000,00 posto em Belém), recordista no consumo de combustível.

Os gostos dos governadores, no entanto, nunca são isolados. Imediatamente, providenciaram também os seus Ford-Lan-

dau o presidente da Assembléia Legislativa, o presidente do Tribunal de Justiça e até o presidente do Tribunal de Contas do Estado. Os secretários de Estado e dirigentes de empresas de economia mista contentaram-se em renovar suas frotas com Ford-Maverick mais barato que o Landau, mas, como este nada econômico em termos de consumo de gasolina.

Os carros oficiais servem para levar os filhos dos superfuncionários ao colégio, as madames às botiques e cabeleireiros, os empregados e os funcionários propriamente ditos aos restaurantes. Os automóveis de chapa amarela, que não são particulares podem ser vistos às centenas circulando em Brasília ou nas capitais estaduais. Servem, às custas das empresas, a executivos estatais e suas famílias. Recentemente, um banco oficial renovou sua frota, adquirindo possantes Alfa-Romeo, embora os Dodge Dart de Luxo ainda sejam os preferidos.

De certa maneira, contudo, o carro oficial foi aos poucos deixando de ser um símbolo do “status” dos superfuncionários. Hoje, qualquer funcionário subalterno pode ter um à disposição e essa facilidade tirou toda a sua imponência.

Voar, voar.

O “brut-de-brut”, hoje, são aviões e helicópteros oficiais. A nova moda começou pelos Ministérios e, a exemplo do que ocorreu com casas, carros e mordomias, estendeu-se rapidamente às empresas estatais e de economia mista, autarquias e fundações, governos estaduais e municipais.

A proliferação do transporte aéreo oficial e seu uso indiscriminado chegou a tal ponto que, em maio, o Palácio do Planalto resolveu enviar uma carta circular aos ministros, informando-os que os jatinhos HS da FAB só deveriam ser usados em “caráter excepcional”.

Quando essa circular foi enviada, contudo, os ministros eram responsáveis por uma ínfima parcela do consumo de combustível de aviação pago pelo governo.

Dos bancos oficiais, ao Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas, à Companhia de Eletricidade do Ceará — COELCE —, hoje é raro o órgão público que não dispõe de jatinhos executivos, bi-motores “King” e “Queen-Air” e até mesmo os nacionais “Bandeirante”. Se eles existem — e não consta que ninguém os tenha vendido — cabe a pergunta: quem controla seu uso?

Na sede do Banco Nacional da Habitação, no Rio, por exemplo, não é segredo para nenhum funcionário que o jatinho da presidência decola religiosamente todas as sextas-feiras à tarde para Curitiba, só retornando na segunda-feira de manhã.

Para os que ainda não tiveram a graça de entrar no círculo dos superfuncionários que têm aviões à disposição, resta sempre o consolo das passagens pagas pelos órgãos públicos em aviões de carreira.

Como Brasília não oferece muitas opções de lazer, os superfuncionários aliviam a solidão do Planalto Central nas viagens de fins-de-semana aos seus Estados de origem, ou ao Rio — a cidade mais procurada.

O movimento no aeroporto, às sextas-feiras, chega a provocar congestionamentos e brigas nos guinês — afinal, quase todos são autoridades e se sentem no direito de garantir uma vaga. De acordo com levantamento feitos pelas empresas aéreas, em Brasília, 80 por cento dos passageiros são funcionários públicos, a maioria absoluta com passagens pagas pelos órgãos oficiais em que trabalham.

Segundo um alto funcionário da Câmara Federal, há dois Ministérios que gastam mais em passagens aéreas por mês do que todo o Congresso Nacional. Note-se que o Congresso Nacional tem mais de 400 representantes que recebem, cada um, quatro passagens por mês de ida e volta a seus Estados de origem e uma ao Rio.

Diante de todo esse aparato de privilégios, vantagens e re-

galias, os salários propriamente ditos percebidos pelos superfuncionários — e que tanta polêmica vêm causando ao Congresso e na Imprensa — tornam-se meros detalhes, uma discussão menor. De fato, os salários talvez constituam a menor parcela do que custa ao erário público a manutenção dos superfuncionários da administração direta e indireta do governo.

Como um superfuncionário, normalmente, não recebe menos de 60 mil cruzeiros por mês, pode-se dizer que, somando suas vantagens indiretas, ele chega, no mínimo a dobrar seus vencimentos. São os seguintes os cálculos mais baixos, manutenção e despesas de um Ford Galaxie : Cr\$ 10.000,00; água, luz e telefone: Cr\$ 7.000,00; aluguel de uma casa no Lago: Cr\$ 15.000,00; conservação da piscina: Cr\$ 2.000,00; criadagem: Cr\$ 3.000,00; além da dispensa de pagamento de imposto Predial, condomínio, vigilância etc. Isso daria Cr\$ 100.000,00 mensais, mas há outras vantagens. Alguns órgãos públicos instituíram um salário adicional disfarçado, que é o cartão de crédito dado aos diretores; além das contas abertas em supermercados.

No final, todas essas vantagens se traduzem em dinheiro e todos os superfuncionários ganham muito mais que o presidente da República, viajam frequentemente para o Exterior, divertem-se, fazem política e dão presentes às expensas do erário ou dos acionistas das empresas — e o governo é sempre o maior acionista.

Mas, mesmo levando em conta apenas os salários propriamente ditos, o superfuncionário brasileiro pode ser incluído hoje entre os mais bem pagos de todo o mundo.

Isso pode ser demonstrado quando se comparam os salários do presidente do Banco Mundial, Robert McNamara — um dos superfuncionários mais bem pagos dos Estados Unidos — com os salários do presidente do Banco do Brasil, Angelo Calmon de Sá — que, por suas próprias declarações ao “Estado”, está longe de ser o mais bem pago superfuncionário brasileiro. Em carta enviada ao “Estado” e publicada no último dia 6 de junho, Angelo Calmon de Sá, desmente que seus vencimentos estejam em torno de Cr\$ 300.000,00, como chegou a ser divulgado. Segundo ele, “os ganhos mensais do presidente do Banco do Brasil, incluindo a participação nos lucros, se situam em torno de Cr\$ 85.000,00”. Admitindo-se a informação oficial, Angelo Calmon de Sá teria um salário anual de Cr\$ 1.020.000,00.

A revista norte-americana “U.S. News & World Report” de abril último, por sua vez, informa que o superfuncionário Robert McNamara, ex-secretário de Estado, percebe um salário anual de US \$ 116.000, cerca de Cr\$ 1,2 milhão.

Entretanto, se salários pagos a executivos fossem o principal critério para se estabelecer o nível de desenvolvimento econômico de um país, o Brasil teria suplantado os Estados Unidos pois, segundo uma pesquisa realizada recentemente pela firma norte-americana de consultoria Towers, Perrin, Forst e Crosby, “o Brasil é o único país no mundo onde o salário médio nos mais altos escalões das empresas iguala ou supera o nível dos Estados Unidos”.

E os salários?

É certo que a vantagem relativa usufruída pelos superfuncionários brasileiros frente a seus congêneres do mundo inteiro não se mantém no caso dos salários-mínimos. Com efeito, enquanto os altos escalões brasileiros recebem 5 por cento a mais do salário médio do que seus colegas nos Estados Unidos, os operários brasileiros têm um salário mínimo dez vezes menor que o salário mínimo norte-americano (560 dólares mensais, isto é, aproximadamente Cr\$ 5.600,00).

A pesquisa da Towers, Perrin, Forst e Crosby fixou-se basicamente na comparação de salários pagos nas empresas privadas brasileiras e norte-americanas. Mas a grande peculiaridade brasileira não está só no nível dos salários pagos a executivos de empresas privadas. Há indicações de que o Brasil tem níveis

registros de salários pagos para executivos de empresas estatais. Assim, diferentemente da maior parte dos países, os salários pagos a executivos de empresas estatais brasileiras rivalizam, quando não superam, o dos executivos de empresas privadas.

Se os salários do presidente da República e dos ministros de Estado são inferiores aos salários pagos para os altos escalões de empresas privadas o mesmo não acontece, atualmente, com os rendimentos recebidos pelos executivos de empresas estatais.

O melhor e mais evidente indício da desproporção que atingiram ultimamente esses níveis salariais é o mistério que cerca qualquer informação sobre vencimentos e vantagens dos funcionários do primeiro escalão do governo.

Isso pode ser caracterizado pela atitude do presidente do Banco Nacional da Habitação, indagado sobre os salários da diretoria do BNH, ele disse que uma decisão do Conselho Monetário Nacional nivelou o padrão do seu banco ao do Banco do Brasil e explicou:

“Quando a Assembléia Geral do Banco do Brasil estipula o salário da sua diretoria, o BNH acompanha”. “Então — insistiu o repórter — quais são esses níveis atualmente?”.

“Não sei, respondeu Schulmann. Eles mandam as informações e nós cumprimos”.

Na mesma semana, o presidente do Banco do Brasil, acabaria dando a resposta, na sua carta-desmentido enviada ao “Estado”, tirando certamente as eventuais dúvidas do presidente do BNH — sobre os seus próprios salários.

O que o BNH informa é que os vencimentos de seus diretores são regulados por uma famosa e misteriosa RD (Resolução de Diretoria), que leva o número 65/72. Certa vez, um funcionário do BNH precisou consultar esse documento, que também fixa padrões salariais para os demais empregados, a fim de dirimir uma dúvida pessoal. Mas não obteve muito êxito. Depois de inúmeras e demoradas gestões junto ao setor competente, forneceram-lhe apenas a parte da RD 65/72 que supostamente interessaria.

Nem o próprio governo tem condições de responder a essa pergunta que vem sendo feita ultimamente com bastante insistência, em especial nos meios parlamentares; quanto ganha exatamente um executivo das empresas públicas?

Recentemente, no Senado, foram feitas denúncias de que o presidente da Petrobrás ganha mais de Cr\$ 200.000,00 por mês e que o Banco do Brasil distribuiu, só no ano passado, cerca de Cr\$ 7.000.000,00 aos seus diretores, sob a forma de participação nos lucros.

Os denunciadores foram os senadores Leite Chaves (MDB-PR) e Luís Cavalcanti (Arena-AL). Em vista disso, líderes do partido do governo solicitaram a inúmeras empresas os vencimentos dos diretores. As poucas que atenderam ao pedido informaram apenas o salário propriamente dito, sem enumerar as vantagens adicionais.

A própria tarefa do partido do governo de defender esses superfuncionários é difícil, pois as empresas não informam o valor da ajuda de custo, das representações, diárias de viagem, mordomia, consumo de combustível, aluguéis de casas etc.

Em seus balanços, por tradição, as empresas não oferecem ao analista condições nem mesmo de saber quanto ganham o presidente e os diretores. São registrados, apenas, os honorários da diretoria, lançados no total de despesas administrativas ou outras classificações.

Poucos exibem a participação nos lucros ou as gratificações. O Banco do Brasil, no seu último balanço, não aponta os honorários dos diretores, mas demonstra que só no segundo semestre do ano passado eles receberam uma participação nos lucros no valor de Cr\$ 3.600.000,00 o que, com o resultado do semestre anterior, chega a quase Cr\$ 7.000.000,00.

No ano, isso significa Cr\$ 422.000,00 para cada um dos 18 diretores, além das demais vantagens.

De qualquer forma, apesar de todo o sigilo erguido em

tomo dos salários dos superfuncionários, algumas informações começaram a vazarem, permitindo que se monte um quadro o mais aproximado possível da realidade.

Alguns, como os dirigentes da Companhia de Eletricidade do Ceará — que atende pela sigla Coelce — chegaram a alegar “segredos de Estados” para sonegar as informações pedidas pelo reporter, sustentando que “sobre esse assunto, o presidente e os diretores somente devem satisfações ao Conselho de Contas, pois é um assunto estritamente confidencial, uma vez que não interessa ao grande público.

Mais os Lucros

Na Companhia Siderúrgica Nacional, no Rio, um dos técnicos ligados à sua direção, não impôs qualquer obstáculo à obtenção dessas informações, segundo ele “muito proveitosas, para a empresa mostrar que seus diretores não recebem salários astronômicos, mas ao nível de mercado”.

Os atuais vencimentos da diretoria foram fixados na última Assembléia Geral publicados no Diário Oficial da União de 28 de maio de 76. Variam percentualmente sobre o salário máximo dos empregados que é de Cr\$ 25.730,00, correspondente à função de superintendente.

O presidente da CSN ganha 35 por cento acima desse limite (Cr\$ 34.730,00) o vice-presidente executivo mais 30 por cento (Cr\$ 33.449,00) e os diretores mais 28 por cento (Cr\$... 32.934,40).

A Companhia Vale do Rio Doce também considerou “politicamente interessante” não esconder os níveis salariais de seus dirigentes. Eles ganham mensalmente 10 por cento acima do teto de Cr\$ 37.000,00 do quadro geral, equivalente ao salário de superintendente e o presidente mais 15 por cento (Cr\$... 42.550,00).

No final do ano, a Assembléia Geral fixa a gratificação da Diretoria, que no ano passado foi de Cr\$ 3.600.000,00, segundo uma versão, ou de Cr\$ 1.500.000,00, segundo outra. De qualquer forma, os especialistas em balanços informam que os nove diretores da Vale do Rio Doce tiveram uma participação nos lucros maior do que a que foi paga pela multinacional Anderson Clayton aos seus seis diretores.

O presidente da Eletrobrás, o médico Antonio Carlos Magalhães, garante que cortou alguns favores atribuídos à diretoria, depois que algumas denúncias chegaram aos jornais no início do ano. Proibiu, por exemplo, que um dos diretores usasse o avião da empresa para constantes viagens ao seu Estado de origem para participar de reuniões políticas.

Mas os diretores da Eletrobrás continuam recebendo 17 salários por ano, além das férias e demais vantagens. Os dados oficiais da Eletrobrás mostram que os seis diretores receberam honorários equivalentes a Cr\$ 2.800.000,00 em 75, além da participação nos lucros da empresa.

Na Companhia Docas de Santos, os seis Diretores ganharam Cr\$ 2.800.000,00 em honorários, mais Cr\$ 2.400.000,00 em participação nos lucros, o que corresponde a um salário anual de Cr\$ 800.000,00.

A Petroquímica União, por sua vez, quase dobrou os honorários de seus dirigentes: pagou-lhes Cr\$ 2.090.000,00 em 75, contra Cr\$ 1.100.000,00 no ano anterior, sem contar outras participações.

Mas os bons salários e outras vantagens não são encontráveis apenas na esfera federal. O Banco do Nordeste, por exemplo, nada fica a dever às melhores fontes pagadoras estatais das regiões mais desenvolvidas do Centro-Sul do País.

Tão bem remunerados são seus diretores que, até há bem pouco tempo, os recursos destinados à sua participação nos lucros e às gratificações de funcionários eram superiores aos reservados para o pagamento de dividendo aos acionistas. No ano passado, o Banco do Nordeste deu aos seus cinco Direto-

res, além dos salários, uma participação nos lucros que atingiu a Cr\$ 2.075.000,00.

Sustentando que o Banco do Nordeste tem “uma longa tradição de seriedade profissional, eficiência operacional e dedicação à causa pública”, seu atual presidente, fez questão de esclarecer: “Ao assumir o cargo, tive o cuidado de implantar uma filosofia de rigorosa austeridade administrativa, eliminando gastos supérfluos e controlando os custos e dispêndios em imobilizações”.

Na Bahia, segundo a relação oficial, o superfuncionário mais bem pago é o presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento, que recebe 26 salários mínimos por mês, mais 30 por cento de verba de representação, o que daria um total aproximado de Cr\$ 25.000,00.

Mas o diretor presidente da recém-criada Companhia de Desenvolvimento do Vale do Paraguaçu, queixa-se que está tendo um prejuízo mensal de Cr\$ 30.000,00, por ter trocado o cargo de superintendente do Banco do Estado da Bahia pela presidência da CDVP. Como informou que recebe atualmente um salário mensal de Cr\$ 25.000,00, é fácil deduzir que os diretores do Banco do Estado da Bahia devem estar ganhando Cr\$ 55.000,00 por mês.

Outra particularidade da Bahia — que já tem um total de 21 empresas estatais — é a situação do presidente da Companhia de Armazéns e Silos (CASEB). Embora o seu salário seja o menor de todos os pagos pelas empresas estatais — Cr\$... 10.000,00 — ele tem direito a 5 por cento da participação nos lucros da empresa, que no ano passado foram de 4 milhões de cruzeiros, segundo a Secretaria da Agricultura da Bahia.

Acumulados

Por causa dessas peculiaridades (são comuns os casos de superfuncionários que têm participação nos lucros ou recebem entre 14 a 16 salários por ano, como os diretores da Companhia Estadual de Silos e Armazéns do Rio Grande do Sul, ou os diretores da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia), os superfuncionários da administração direta talvez não gostem de fazer comparações dos seus salários com os que são pagos pelas empresas estatais.

Entretanto é fato notório a crescente disparidade entre os vencimentos dos servidores estatutários e aqueles regidos pela CLT e, até mesmo, entre estes secretários ministros de Estado.

As empresas públicas só contratam pela CLT. O que permite a um economista de uma empresa dessas ganhar até três vezes mais do que o economista de um ministério, estatutário, mesmo que desempenhe o mesmo trabalho.

Para isso, basta comparar os salários pagos pelas empresas estatais com os mais altos salários pagos ao funcionalismo público, estatutário (da administração direta).

Na Administração direta, o nível mais alto é o DAS (Direção e Assessoramento Superior) — 6: Cr\$ 20.000,00, mais 60 por cento de verba de representação (secretários gerais dos ministérios); DAS — 5: Cr\$ 18.000,00, mais 55 por cento de verba de representação (em geral, presidentes de autarquias); DAS — 4: Cr\$ 17.000,00 mais 50 por cento de verba de representação (diretores de departamentos de ministérios); DAS — 3: Cr\$ 14.500,00 mais 45 por cento de verba de representação (chefes de gabinete e consultores jurídicos); DAS — 2: Cr\$... 13.000,00, mais 35 por cento de verba de representação (assessores de ministérios) e DAS — 1: Cr\$ 11.000,00 mais 20 por cento de verba de representação (assessores das secretarias gerais).

O decreto dos cargos DAS estabelece detalhadamente quem tem direito aos seis níveis, especificando órgão por órgão, numa extensa lista. Essa referência é apenas para os funcionários ministeriais. Um ministro de Estado ganha atualmente Cr\$ 22.000,00 mais 70 por cento de verba de representação, o

mesmo a que têm direito o Consultor-Geral da República e o Diretor-geral do Departamento de Administração e Serviço Público (DASP).

Só mais recentemente, por um outro decreto (o de número 75.627, de 18 de abril de 75), foi criado o nível FAS (Função de Assessoramento Superior), que dispõe sobre a contratação para o desempenho das atividades de assessoramento aos ministros de Estado.

Esses funcionários servem para “atender ao desenvolvimento dos trabalhos caracterizados pelo alto nível de especificidade, complexibilidade e responsabilidade”. Só os ministros de Estado e dirigentes de órgãos integrantes da Presidência da República poderão dispor de funções de assessoramento no grau superior.

É exigida formação completa de nível superior e o salário vai de Cr\$ 8.000,00 a Cr\$ 36.000,00, a critério de cada ministro. Esse decreto acabou gerando um outro fator de disparidade, com funcionários do mesmo órgão, exercendo a mesma função, percebendo salários completamente diferentes. Tal categoria apebas não prevê o acúmulo de salários: o funcionário FAS não pode ser da administração direta).

Na parafernália da estrutura salarial dos órgãos do governo do que é permitido e do que não é, há uma lei bastante curiosa. Essa lei permite uma opção para os funcionários que têm cargos DAS: quando o seu salário no órgão de origem for superior ao DAS a que teria direito, ele continua recebendo o salário maior, do órgão de origem — e, além dele, mais 20 por cento do DAS que lhe seria destinado.

É o caso do secretário de Imprensa da Presidência da República, Humberto Esmeraldo, e do diretor-geral do DAS, coronel Darcy Siqueira, que continuam ganhando seus salários de funcionários da Petrobrás.

Há um parecer do consultor-geral do DASP, Clenício da Silva Duarte, segundo o qual, determinados funcionários podem acumular vários salários, ou seja: recebem a aposentadoria de militar, ex-Ministros de tribunais, funcionários de empresas estatais e mais o salário correspondente à sua função atual. Enquadram-se nesse parecer: o ministro-chefe da Casa Civil, General Golbery do Couto e Silva, e todo o pessoal da Petrobrás que acompanhou o presidente Geisel para o Palácio do Planalto, como Humberto Esmeraldo. Esse parecer foi emitido nos primeiros dias do atual governo.

Dos Tempos de Euforia à Crise de Liderança

“A tecnocracia nasce de um distanciamento cada vez maior entre as fontes políticas e populares do poder e a tarefa concreta da administração” (Roberto de Oliveira Campos).

“Com o movimento de 64 passamos a ter uma aliança entre os interventores do poder político, os militares, e os técnicos” (José Maria Vilar de Queiróz).

“A colocação do tecnocrata no primeiro plano da sociedade constitui experiência brasileira vitoriosa, sobretudo porque a classe política não ofereceu alternativas ao país, abalado por sucessivas crises políticas” (Mário Henrique Simonsen).

“O recrutamento de pessoal técnico qualificado passa a ser mais intenso em função da radical mudança que se efetua na situação política do país” (João Paulo dos Reis Velloso).

Com o passar dos anos e dos governos revolucionários, contudo, os conceitos sobre os tecnocratas foram mudando. O que antes representava uma espécie de esperança de salvação nacional, em oposição à desmoralizada classe política, hoje é um termo quase pejorativo, passada a fase de euforia.

“Eu não sou um tecnocrata, sou um técnico disso ou daquilo” — costumam vociferar os superfuncionários que antes não se preocupavam muito com essas sutilezas semânticas.

Em primeiro lugar, é preciso deixar bem claro que não se pode falar hoje dos tecnocratas nacionais como se formassem

um grupo homogêneo, classe, casta ou estamento social, com um pensamento único “ou algum objetivo comum definido. Eles talvez constituam o melhor exemplo desse clima de “as coisas acontecem e a gente acompanha”, o fatalismo característico do Brasil dos dias atuais.

Embora haja indicações de que o termo tecnocracia já fosse usado no século passado por alguns obscuros ensaístas, ele só viria a se tornar uma palavra da moda no Brasil a partir da última década, quando os governantes passaram a ser nomeados em vez de eleitos e faziam questão de deixar bem claro: “Eu sou um técnico, nada entendo de política, meu único compromisso é com a administração”.

A exemplo dos velhos políticos, porém, na ausência de qualquer ideologia, eles também começaram a se agrupar em torno de alguns líderes, não propriamente carismáticos, como aqueles, mas que ao menos lhes servissem de guia.

Assim, curiosamente, foram dois tecnocratas introduzidos na vida pública por políticos populistas que se transformariam nos líderes da emergente fornada de superfuncionários guindados à gerência do País a partir da ruptura institucional de 64.

Levado para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico pelas mãos de Getúlio Vargas, Roberto de Oliveira Campos foi o primeiro desses “band-leader”. Tomou-lhe o bastão o professor universitário Antonio Delfim Netto, ungido no seu cargo de estréia pelo falecido governador Adhemar de Barros, que lhe deu a Comissão da Bacia Paraná-Uruguaí.

No atual momento da vida nacional, com os dois “band-leaders” entregues a atividades diplomáticas, os tecnocratas nacionais vivem a etapa mais difícil e decisiva de sua cruzada. Órfãos de lideranças, carentes de uma unidade de pensamento, responsabilizados — como antes eram os políticos — por todos os males nacionais, eles têm boas razões para, apenas 12 anos depois repudiarem a graça recebida e receberem a qualificação de tecnocratas como uma ofensa.

Uma situação bem diferente daquela euforia de poder e glória vivida, nem faz tanto tempo, quando o último “band-leader” se preparava para assumir o Ministério da Fazenda — e com ele, o comando dos destinos econômicos do país.

Depois de uma rápida passagem pela Secretaria da Fazenda de São Paulo, para onde foi abençoado por Roberto Campos, Delfim Netto se encarregava de recrutar os superfuncionários, no seleto grupo das suas relações acadêmicas formado na Faculdade de Economia e Administração da USP, no IPE (Instituto de Pesquisas Econômicas) e na ANPES (Associação Nacional de Programação Econômica e Social).

Os futuros superfuncionários trocavam alegremente suas obscuras e anônimas cátedras, por importantes cargos na administração estadual ou federal. Da noite para o dia, os “Defim-Boys”, como se tornaram conhecidos, transformavam-se em notícia, em personagens diários dos jornais, com seus salários multiplicados e limitadas perspectivas.

Desta forma, Eduardo de Carvalho foi para a chefia da assessoria econômica do Ministério da Fazenda Viacava, para o Instituto Brasileiro do Café; Norman, para o Banco do Estado de São Paulo; Gianpaolo, para a Caixa Econômica Federal; Rocca, para o Conselho de Política Aduaneira; Cipollari, para o Conselho Nacional de Política Salarial; Pastore, para a assessoria do Ministério da Fazenda; Yokota, para o Banco Central; Ikeda, para o Conselho de Política Aduaneira, etc.

Outros superfuncionários seriam requisitados no rol das relações pessoais do ministro, como Pecora, que foi para a Secretaria-Geral do Ministério; Andrade Pinto para o Instituto Brasileiro do Café; Francisco Israel, para a chefia do gabinete do Ministério; Moacir Teixeira, para as Centrais Elétricas do Estado de São Paulo, etc.

O núcleo original não tinha mais de 20 pessoas, “mas havia muitos na periferia que foram sendo absorvidos”, explica um deles. “O entra e sai sempre foi intenso. É um gripo muito

flutuante: há um vaivém constante de órgãos do governo para empresas privadas Villares, Bousinhas e Campos (Grupo Montreal) e vice-versa.

Os superfuncionários estatais costumam trabalhar sempre em equipes — entre eles conhecidas por gangs. Na gang de Delfim, há várias subequipes, sublideranças, que nem sempre remam na mesma direção. Mas o que sempre uniu o grupo é a sensação de poder, de impor suas idéias, seus projetos.

A imagem de equipe é essencial na complexa teia que a gang foi tecendo em praticamente todos os setores da administração pública, a ponto de seus próprios integrantes desconhecerem hoje quantos são. Essa imagem resistiu até mesmo à saída de Delfim do Ministério da Fazenda, que se fez seguir do grande expurgo de 74, quando mudou o governo. “Não ficou um para contar a história”, lembram eles, fazendo questão de reafirmar que ninguém desobedeceu às ordens de Delfim.

Três anos antes, com a gang no auge do poder, a Revista “Realidade” os retratava assim numa extensa reportagem:

“Sua equipe já foi definida como máfia, maçonaria, um clube fechado (...)

— Nosso grupo só permite o ingresso de quem possa colaborar e não precisa tirar nada de nós, diz um dos iniciados.

Afinal, quais são os requisitos indispensáveis? (...) Resta uma exigência impossível de afastar ser economista e falar “economês”. Eles cultivam um tabu: não gostam de sociólogos.

Consideram-se tecnocratas. Fazem questão de não ostentar ideologia”.

Idas e Vindas

Nada mudou com a perda do poder. Mesmo porque não se passou um ano para que eles começassem a voltar aos órgãos da administração direta e indireta do governo, depois de uma rápida passagem por empresas privadas, especialmente multinacionais.

Eduardo de Carvalho, por exemplo, que era o chefe da sua assessoria econômica e foi para a “Safron-Teijin” (multinacional japonesa — cujos negócios vão da indústria têxtil a hotelaria) já está na Companhia Vale do Rio Doce. Para lá levou, entre outros, Gil Pace, que era da assessoria do Ministério; Alberto Alves, ex-IBC, e até a secretária de Delfim. Só não levou Francisco Israel, porque este acompanhou o ex-ministro na sua ida para a embaixada em Paris.

Com o progressivo agravamento da situação econômica do país, a reaproximação Delfim-governo se intensificou e tem hoje seu principal reduto na Fundação do Comércio Exterior, para onde foi Marcos Vinicius Pratini de Moraes, ex-ministro do Comércio e Indústria e homem de confiança do atual embaixador. Lá está também Afonso Pastore, ex-IPE, que muitos chegaram a apontar como herdeiro de liderança de Delfim.

Antes disso, porém, Delfim fez uma tentativa de reagrupar a gang no mesmo reduto onde tudo começou: na Faculdade de Economia e Administração da USP. Para ele, a volta se deu sem maiores problemas. Afinal, Delfim é até hoje o único catedrático — de Econometria e Economia Brasileira — formado em Economia (a escola, que está completando 30 anos, foi fundada por um grupo de engenheiros, advogados, filósofos, que são até hoje seus catedráticos) e sua capacidade didática e incontestada.

A mesma facilidade não teriam, porém, os professores assistentes de Delfim, os alunos de Delfim, a dinastia toda que havia trocado a escola pelo governo. A maioria havia ficado para trás na carreira universitária, enquanto as novas gerações corriam atrás de títulos.

A nova fornada daquilo que se convencionou chamar de “a maior fábrica de tecnocratas do país”, fez cursos de doutoramento nos Estados Unidos, principalmente nas Universidades de Yale e Chicago. Tiveram uma formação liberal, foram muito influenciados por todos os acontecimentos ligados ao Caso

Watergate e procuravam desvincular a instituição FEA-IPE-USP da política econômica do governo, mero laboratório de fórmulas oficiais.

Com a Constituição de 67, quem tinha mais de cinco anos como professor efetivo foi considerado estável. Só os colaboradores mais novos de Delfim, como Colasuonno e Viacava, não se enquadravam nestas normas de estabilidade. Mas, recentemente, quando houve um concurso para a regularização da situação de todos os professores, Colasuonno que estava inscrito, não apareceu. Era um concurso de títulos e ele certamente seria classificado abaixo de muitos de seus ex-alunos que se haviam dedicado à carreira universitária.

Apesar de tudo, nenhum deles de afastou definitivamente da USP. Estão todos licenciados, por uma questão de “status”. Em seus currículos sempre constará o item: professor licenciado.

Enquanto os membros da dinastia Delfim retornavam gradativamente a ocupar cargos públicos, os que seguiram carreira na FEA e no IPE procuravam desvincular-se do rótulo de “fábrica oficial de tecnocratas” — uma imagem que não lhes interessava mais. “O pessoal do IPE de hoje tem pouca coisa a ver com Delfim”, garantem.

Um dos sintomas de que a velha imagem era desgastante, os atuais titulares do IPE sentiram no ano passado: boa parte dos estudantes de pós-graduação preferiu ir para as universidades de Campinas e Brasília, onde os cursos, apesar de tudo, têm fama de ser mais livres, menos comprometidos com o chamado “modelo brasileiro”.

São as discussões e divergências em torno desse “modelo” que costumam dividir a pequena parcela de tecnocratas realmente preocupados com os resultados do seu trabalho na vida nacional. Isso se torna mais evidente no IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, órgão ligado à Secretaria Geral de Planejamento), outro importante reduto da tecnocracia nacional que por suas posições muitas vezes opostas à dinastia delfiniana chegou a ser rotulado como “a ala esquerdizante da política econômica”.

Como sempre acontece, ao se tentar rotular os tecnocratas como um bloco homogêneo, também neste caso a generalização, incorre em erro. Há, de fato, dentro do IPEA, um grupo conhecido como “de esquerda”, devido às suas preocupações sociais no encaminhamento da política econômica do governo, que diverge do “modelo” especialmente no tocante ao problema da distribuição de renda. Seus integrantes são, em sua maioria, formados (ou sofreram forte influência) na Escola Latina, de Santiago do Chile, onde estudaram ao tempo de Eduardo Frei e Salvador Allende.

Mas esse grupo é tão minoritário quanto o dos “convictos” que se coloca no extremo oposto por apoiar incondicionalmente a política econômica dos governos revolucionários. O pensamento destes pode ser assim resumido: “O modelo é esse. E acabou. Se tivermos que mudar alguma coisa, vai ter que ser dentro do sistema vigente. Qualquer outra modificação é considerada incompatível com as nossas tradições”.

No IPEA, como na FEA-IPE-USP, a maioria absoluta coloca-se entre um extremo e outro, ou seja, não é nem contra e nem a favor do “modelo”, muito pelo contrário. Simplesmente não o discute. Essas pessoas são conhecidas também como os “cínicos” — tecnocratas dispostos a servir a qualquer governo, desde que sejam satisfeitas suas necessidades de ascensão social.

Explica-se: são, em sua maioria, filhos de imigrantes, de comerciantes, ou pequenos comerciantes, de profissionais liberais, ou seja, elementos oriundos da classe média ascendente, que chegaram à escola superior quando Economia e Administração eram os cursos da moda. Raros são os que vêm de família tradicional, de posses.

“Encher Currículo”

Trabalham para os órgãos da administração direta ou indi-

reta do governo, como trabalhariam para qualquer empresa privada nacional ou estrangeira, pensando unicamente em tirar o maior proveito possível no menor espaço de tempo. Nesse sentido, os órgãos públicos — além de terem aberto seus cofres com magnanimidade para os super-funcionários — apresentam uma outra vantagem: permitem “encher o currículo” mais rapidamente.

“Encher o currículo” significa escrever artigos para publicações oficiais, participar de simpósios, cursos e conferências no mundo inteiro, ocupar cargos de prestígio na vida pública — tudo que valorize o tecnocrata no mercado de trabalho, permitindo que ele faça maiores exigências na sua volta à empresa privada.

A propósito das palestras e conferências, que podem parecer uma atividade menor dos tecnocratas, eles costumam lembrar o que ocorreu na época da formação do atual ministério: “O Rangel Reis (que era do IPEA) e o Paulinelli só foram convidados para o Ministério depois que fizeram palestras na Escola Superior de Guerra”.

As palestras são ainda a melhor maneira de individualizar os anônimos trabalhadores de equipe, permitindo que o portavoza de um órgão convidado a discorrer sobre um determinado assunto, utilize idéias e propostas resultantes de pesquisas que envolveram vários elementos.

A grande preocupação de todos é “fazer um pecúlio”. Para isso, investiram suas rendas primeiro nas bolsas de valores, como eles são os que têm mais fácil acesso às informações e podiam saber para onde navegava o barco da política econômico-financeira do governo, ganharam bom dinheiro. Após a quebra que se seguiu ao fantástico “Boom”, passaram a investir no mercado imobiliário. Há uma obsessão pela poupança, fazer um patrimônio, “deixar alguma coisa para os filhos”.

O que não impede que haja um bom número de deslumbrados, mais preocupados com os sinais aparentes da ascensão social. Para estes, o importante é conseguir uma casa no Lago, na Barra ou no Jardim América, ser citado nas colunas sociais, recortar as notícias e enviar à família da cidadezinha de origem. Para isto eles costumam contar que almoçaram com o ministro fulano, mesmo que só tenham passado pela sua casa na hora do almoço para levar um documento. Ou anunciar que irão receber alguma condecoração, mesmo que esta condecoração nem exista mais.

O grupo dos “deslumbrados” é, evidentemente, o que menos produz, pois vive viajando, participando de recepções, organizando simpósios. E surgem os modismos: tecnocratas que se prezem, hoje em dia, têm que praticar tênis ou golfe — se possível, os dois.

Em termos de atendimento às vaidades, os órgãos públicos apresentaram ainda uma outra vantagem em relação às empresas privadas ou ao trabalho em consultorias. No órgão público, o tecnocrata é executivo, ele tem o poder de mando, de ver suas idéias concretizadas, enquanto nas consultorias faz um projeto, que é aceito ou não. As suas atividades aparecem mais, ele se torna notícia — o que é muito mais difícil de acontecer com o executivo de uma empresa privada.

Um tecnocrata mais bem humorado chega a dizer que esse processo pode ser chamado de “a classe média na presidência da empresa”. Com isso, ele quer mostrar que dentro das empresas estatais, apesar de todas as injunções políticas, já há a possibilidade de um superfuncionário tecnoburocrático sonhar com um cargo na diretoria ou até mesmo com a presidência — o que é inviável nas empresas privadas tradicionais, ainda estruturadas num sistema familiar e patriarcal.

Essa possibilidade, no entanto, é ainda bastante restrita, na medida em que os postos mais altos das empresas e órgãos públicos em geral não costumam ser preenchidos pelos superfuncionários de carreira, mesmo os mais reconhecidamente capazes, mas atendendo a outros critérios em que a bajulação, o parentes-

co e as conveniências políticas têm prioridade (vide “A Oligarcia e outras histórias”).

Aos que aspiram a postos mais altos, continua sendo imprescindível comparecer a todas as reuniões sociais-oficiais — aniversários, posses, chazinhos das cinco nos ministérios — atividade que, fatalmente, lhes ocupariam todo o tempo. Há ainda a forte concorrência de militares, que progressivamente foram ocupando cargos públicos antes reservados aos civis.

Onde é maior a presença de militares, especialmente nos órgãos ligados a transportes e comunicações, os próprios organogramas chegam a ser alterados, hierarquias invertidas, respeitando-se as patentes: um coronel, jamais poderá ficar subordinado a um tenente, por exemplo.

Se de um lado os militares chegam a ser concorrentes dos tecnocratas civis, na disputa de postos, de outro alastraram-se as DSI — Divisões de Segurança e Informações — que exigiram um muro de proteção em torno de todos os superfuncionários, indistintamente. Hoje, as DSI se espalham do escritório do INCRA em Porto Velho, aos mais distantes escritórios da COBAL, na fronteira gaúcha, passando por todos os ministérios autarquias, assessorias, dificultando a ação fiscalizadora da imprensa.

É verdade que na maioria dos casos as DSI — ocupadas habitualmente por coronéis reformados — pouco trabalhado têm nesse campo. A cada vez mais polpudas verdades de publicidade e subvenções, oficiais encarregam-se de impedir a ação fiscalizadora da imprensa, uma vez que as empresas em sua maioria preocupam-se mais em não perder o cliente — a cujas custas, muitas vezes, a empresa sobrevive.

Os “diários oficiais” pertencentes a empresas particulares multiplicam-se de Norte a Sul, fazendo que muitas vezes jornais concorrentes de uma mesma cidade publiquem exatamente a mesma manchete, e as mesmas matérias, linha por linha, vírgula por vírgula, dando apenas a versão oficial.

Um dos mais entusiasmados adeptos dessa prática é o governador do Piauí, Dirceu Arcoverde, que chega a pagar até oito páginas de publicidade na imprensa de outros Estados, relatando os feitos de sua administração. Recentemente o Deputado e publicitário Amaral Neto foi convocado a fazer um filme sobre as realizações de Arcoverde, que custou entre Cr\$ 250.000,00 (segundo o assessor de imprensa do governador) e Cr\$. . . 600.000,00 (segundo os deputados da Oposição). De qualquer forma, comenta-se em Terezina, o filme conseguiu desagradar a todos, situacionistas e oposicionistas.

A proliferação de publicações oficiais relatando os feitos dos superfuncionários, sempre impressas em papel da melhor qualidade, seguindo os mais modernos estilos gráficos, chegou a tal ponto em que em pouco mais de um ano de mandato, um deputado federal conseguiu lotar as estantes do seu gabinete em Brasília, apenas com elas.

A Grande Crise.

As publicações oficiais, o noticiário pago e controlado dos jornais subvencionados pelo governo, a proteção das DSI, tudo isso aliado a todas as vantagens salariais e ao aparato colocado à sua disposição, fazem com que os superfuncionários após um determinado tempo comecem a viver fora da realidade que são obrigados a administrar. No abismo existente entre a realidade e a fantasia, entre o país real das publicações coloridas, os superfuncionários, muitas vezes, não conseguem esconder sua profunda insegurança em relação ao futuro. E isso os torna ainda mais exigentes com as regalias que o presente lhes pode oferecer, fazendo com que a renda seja seu único norte e determine até mesmo seu pensamento e atuação.

Eles sabem que a qualquer momento podem ir para a rua e a insegurança cresce à medida em que é mais alto o cargo dos superfuncionários. A cada quatro anos, pelo menos, o governo

muda — e é preciso começar tudo de novo. Quanto maior o privilégio, mais dolorida é a queda . . .

Os moradores mais antigos de Brasília divertem-se a cada quatro anos, quando os novos superfuncionários chegam à cidade prometida e iniciam a corrida às lojas. É como um casamento: para a família toda um novo enxoval. Mas essa repentina mudança no padrão de vida, que inclui luxuosos carros e moradias pode também criar graves problemas no seio da família quando termina o mandato do padrinho.

São poucos os que voltam aos seus empregos nas cidades de origem, pois se acostumaram rapidamente a uma vida de fausto, e desperdício, onde quase tudo é pago pelo governo. Ninguém quer voltar ao padrão de vida antigo — surge uma pressão dentro da família, da mulher, dos filhos. Mudar para cima é fácil. Para baixo, ninguém consegue, explica um deles.

Desta forma, cresce assustadoramente a cada governo o número de superfuncionários em Brasília: cada ministro ou presidente de órgão público leva sua própria corte de homens de confiança, sem que os antigos abandonem seus postos. O Ministério da Agricultura, por exemplo, já é chamado de “Ministério”, tal o número de assessores que o ministro mineiro Alisson Paulinelli trouxe de Belo Horizonte. “É fácil imaginar o que acontece na vida de um sujeito que ganha cinco mil cruzeiros e paga aluguel em Belo Horizonte e, de repente, chega a Brasília ganhando três, quatro vezes mais, tendo casa, carro, tudo à disposição”, comenta um jornalista mineiro, contemporâneo de muitos desses novos-ricos do “Minastério”.

A prática é generalizada. O atual presidente do INCRA, Lourenço Tavares Vieira da Silva, trouxe do Maranhão praticamente todos os formandos da primeira turma da Faculdade de Ciências Agrárias do Maranhão.

Paralelamente aos redutos tecnocráticos tradicionais como o IPEA e a FEA-IPE-USP surgem, assim, grupos regionais de tecnocratas, formados em torno de eventuais detentores de poder. Além dos gaúchos, que nos últimos anos reinaram em Brasília, dos mineiros do “Minastério” e dos maranhenses do INCRA ganham forças atualmente o grupo do Paraná, liderado por Ney Braga, que lançou seus tentáculos no Banco Nacional da Habitação, na Caixa Econômica Federal e no Instituto Nacional de Previdência Social.

A ausência de outro tipo de liderança, mais permanentes e conseqüentes, que não se ativessem apenas a alianças eventuais para atender a ambições comuns, é explicada por um renomado tecnocrata paulista “pelo sistema antropofágico do regime que vai usando e jogando fora as suas lideranças”.

Outros remontam a 13 de dezembro de 68, quando foi editado o Ato Institucional 5, para explicar a atual ausência de lideranças. Os líderes todos saíram do Centro Acadêmico. O próprio Delfim Netto foi um dos fundadores do Centro Acadêmico Visconde de Cairu. Hoje, de onde vão sair as lideranças, se não há mais liberdade para os Centros Acadêmicos? — Pergunta-se. Os líderes antigamente, mesmo os mais contestadores, iam sendo assimilados pelas próprias faculdades, onde poderiam dar vazão ao seu espírito combativo.

“A partir de 68, as lideranças estudantis se radicalizaram — aqui mesmo na Faculdade de Economia da USP tivemos vários alunos envolvidos com o terrorismo — ou se acomodaram”, lembram hoje os tecnocratas paulistas, numa atitude defensiva a que foram levados pela orfandade.

“Tecnocrata é o governo, não somos nós” — é a frase dos dias atuais.

Para reforçar seu argumento, os herdeiros da antiga “fábrica de tecnocratas” da FEA-IPE-USP dizem que não há apenas economistas tecnocratas: “há advogados tecnocratas que fazem o que o ministro da Justiça manda e há arquitetos tecnocratas como estes que proliferam nos vários órgãos da Prefeitura paulistana, fazendo projetos que, todos sabem, nunca serão executados”.

Os economistas já não querem ter o monopólio da tecnocracia, “Não há nenhuma lei que obrigue o governo a decidir pela opinião dos economistas. Nós fazemos a análise de custos e benefícios. Apresentamos as várias opções. A decisão é política, é do governo. Tudo isso foi provocado por um regime autoritário que se afirmou com o milagre econômico. E o milagre acabou, se é que chegou a existir. . .”

Com isso, houve uma supervalorização dos ministros da área econômica. Quem sai na notícia do jornal? — perguntam. E respondem: É o Simonsen, e não o Nascimento e Silva. O problema é que por falta de canais políticos, decide-se por critérios meramente técnicos.

Se os tecnocratas não foram os agentes do processo — e é isso que procuram demonstrar — é certo porém, que foram seus principais beneficiários.

Os executivos brasileiros, tanto estatais como provados, recebem hoje dos mais altos salários do mundo capitalista (Vide “Do Estado Novo a Brasília”).

A grande crise da sociedade brasileira, no entanto, não se concentra apenas nos contrastes entre esta alta classe média emergente chamada de “Nova Classe” e o restante da população, mas na sua própria incapacidade de formar elites dirigentes dentro do sistema vigente.

Surgiria, inevitavelmente, uma contra-elite, que nos últimos anos começou a assumir cargos importantes tanto na empresa privada como no governo. Um professor que dá aulas na Fundação Getúlio Vargas, (Escola de Administração de Empresas, tradicionalmente conservadora) e na Universidade de São Paulo (Faculdade de Ciências Sociais, tradicionalmente contestadora) começou a notar nos últimos tempos que desapareciam as diferenças de comportamento político, na maneira de encarar o mundo.

A FGV aos poucos se aproximava da USP já não aceitando pacificamente todas as verdades que apresentavam aos seus alunos, embora eles continuassem sendo recrutados no mesmo meio social. Eram, simplesmente, os filhos dos empresários discordando dos empresários. Em outras palavras, a contra-elite começava a se formar silenciosamente, dentro da própria elite, além, é claro, dos seus redutos naturais.

A meta básica de acumulação de capital que então se desenvolvia num processo muito rápido nas empresas estatais, aumentava o conflito com a empresa privada — uma encruzilhada certamente não prevista quando tudo começou. No momento em que desfrutavam do maior poder já conquistado na vida nacional, os superfuncionários começaram a perceber que este também pode ser o começo do fim.

“Um Médico na Celpa e a “Oligarcia” em Mato Grosso”

Foi preciso que boa parte de Belém ficasse às escuras, em conseqüência de um racionamento de energia elétrica que se prolongou por quase duas semanas, para que a cidade descobrisse recentemente que a CELPA — Centrais Elétricas do Pará — era dirigida por um médico ginecologista.

Além de uma sólida amizade com o governador Aluysio Chaves, cultivada nos salões da Assembléia Paraense, o clube mais aristocrático da cidade, desconhecem-se outros atributos do médico ginecologista, que o tenham levado à direção da CELPA.

Nem sempre, os superfuncionários dos novos tempos são necessariamente técnicos ou tecnólogos de reconhecida capacidade, requisitados a prestar serviços especializados aos órgãos públicos (ao menos, nos cargos mais importantes e bem remunerados da tecnoburocracia).

Ao contrário, a absoluta falta de critérios no recrutamento dos superfuncionários é habitualmente substituída pelas mais variadas formas de nepotismo e tráfico de influência.

Os exemplos vão de um extremo a outro do país, da

administração federal, onde abundam filhos de ministros, à mais humilde Prefeitura. No Maranhão, por exemplo, o secretário da Educação, Jerônimo Pinheiro contratou recentemente os serviços de diversos parentes.

Mas é, sem dúvida, no Mato Grosso, que a administração pública fornece os mais pródigos exemplos da prática do nepotismo no recrutamento de seus superfuncionários. Estimativas feitas — uma vez que é praticamente impossível levantar-se os números oficiais, devido aos obstáculos de praxe — permitem calcular que a folha de pagamentos de familiares do governador nomeado, Garcia Neto, atinge hoje aproximadamente Cr\$ 800.000,00.

A escalada da “Família dos Cr\$ 800.000,00” começou com a nomeação de dois filhos de Garcia Neto para o primeiro escalão do governo e de um genro, Manoel Rodrigues Palma, indicado para prefeito da Capital.

Exercendo o cargo de presidente da Companhia de Saneamento do Estado — SANEMAT — o engenheiro civil José Luís Borges Garcia, filho do governador, recebe um salário de Cr\$ 16.000,00, que, somados às diárias que tem direito, resultam em Cr\$ 20.000,00 mensais, além de um carro com ar condicionado — usado, inclusive, para passeios de fins de semana a balneários fora da Capital.

Já Robério Garcia, outro filho do governador, engenheiro recém-formado, foi premiado em seu cargo de estréia em função pública com a chefia de uma obscura assessoria de assuntos urbanos, com salário de Cr\$ 12.000,00 e mais oito diárias por mês, de Cr\$ 200,00 cada.

Embora, teoricamente, seja um funcionário de segundo escalão, o jovem Robério Garcia, de 24 anos, exigiu também que um carro oficial ficasse à sua disposição.

A facilidade com que o governador Garcia Neto nomeia parentes para os mais diversos postos da administração, já deu origem a um neologismo, hoje de uso corrente em Mato Grosso: “Oligarcia”.

De fato, há boas razões para isso: a mulher do governador Maria Lígia Borges Garcia, foi nomeada para a presidência da Fundação de Promoção Social, com vencimentos de Cr\$ 5.000,00 mensais, mais automóvel oficial à disposição; Maria Lígia, por sua vez, já nomeou para sua assessoria a filha, Maria Alice Garcia Palma, mulher do prefeito da Capital (seu genro), e uma irmã de criação, Mariete Vieira, mulher de Ênio Carlos de Souza Vieira, que é o presidente do Banco do Estado de Mato Grosso e presidente do Diretório Regional da ARENA.

A família Vieira também mereceu do governador especial deferência: Carlos Avelino de Souza Vieira, é o chefe de gabinete de Garcia Neto. Carlos Avelino, além de ter seus salários equiparados aos dos secretários de Estado, possui à sua disposição um Opala executivo, visto comumente, aos domingos e feriados, estacionado junto aos supermercados e clubes da cidade.

Arthur Bastos, genro de Ênio Vieira, foi nomeado médico particular do governador. Douglas Jorge, cunhado de Ênio Vieira, foi nomeado para trabalhar no escritório de Mato Grosso em Brasília — embora continue morando em Cuiabá.

Para a diretoria administrativa do Serviço de Divulgação do Estado do Mato Grosso — SEDIMAT — o governador Garcia Neto nomeou o irmão de sua mulher, Fernando Borges — sem nenhuma formação universitária. Este, por sua vez, colocou seu irmão, Arnaldo Borges, no cargo de assessor jurídico do gabinete do governador. A mulher de Fernando Borges, Maria Augusta Borges, foi nomeada para a chefia do Serviço de Avaliação e Estatística da Secretaria de Educação.

Sem outros cargos disponíveis, Terezinha de Bastos Vieira, cunhada do presidente da ARENA, foi nomeada para chefiar uma espécie de mordomia, encarregada de preparar os banquetes oferecidos pelo governo do Estado.

Genro do governador, o prefeito de Cuiabá, Manoel

Rodrigues Palma — que até 15 de março do ano passado era diretor de patrimônio do Banco do Estado — seguiu o exemplo de Garcia Neto: nomeou sua irmã Constância Figueiredo Palma para a chefia de seu gabinete, e seu cunhado Devanir da Silva Paixão, para a secretaria da Fazenda do Município. Para o outro irmão, José Augusto Rodrigues Palma, conseguiu a nomeação para o cargo de diretor-financeiro da Companhia de Armazéns e Silos do Estado — CASEMAT.

Os dois pedidos de informações formulados por deputados do MDB para saber o montante que a família Garcia Neto recebe hoje dos cofres do Estado não foram até agora respondidos. Mas uma fonte da Casa Militar do governador informou que somente no exercício passado mais de Cr\$ 1.500.000,00 foram gastos em passagens aéreas, não se computando os gastos com combustíveis e manutenção dos 10 aviões do Estado.

Apenas Ruy Santana dos Santos, sub-chefe da Casa Civil, viajou no ano passado mais de 50 vezes entre Cuiabá e Campo Grande, onde reside, às expensas do Estado. O mesmo percurso é feito semanalmente por Levy Campanha, diretor do Serviço de Divulgação do Governo. Este, sempre que possível, prefere os aviões do governo do Estado aos jatos comerciais.

Além de todos os parentes e contra-parentes nomeados para cargos públicos, Ênio Vieira, o presidente do Banco do Estado e presidente da ARENA, colocou à disposição do governo, também uma mansão pertencente à sua família. Ali, o governador Garcia Neto pretendia receber os hóspedes oficiais do Estado. Até agora, porém, nenhum desses hóspedes oficiais habitou aquela casa que dispõe de um completo serviço de mordomia. De qualquer forma, o Estado continua pagando religiosamente à família Vieira, todos os meses, os Cr\$ 25.000,00 de aluguel da mansão.

Itirio Silva, chefe de segurança do governador — até março do ano passado, apenas um modesto fazendeiro das proximidades de Cuiabá — é o que pode ser considerado um perfeito superfuncionário matogrossense. Já nomeou, segundo informações do deputado Jesus Gaeta, mais de dez parentes e amigos para cargos públicos e procura, por todos os meios, monopolizar a figura do governador.

Ainda há dois meses, exigiu que todo o abastecimento de uma casa cedida pelo fazendeiro José Casal, para servir de residência oficial do governador, fosse jogado fora, pois “podia conter algum veneno”.

Nada Original.

Apesar de tudo, o que ocorre hoje no Mato Grosso nada tem de original. O Acre, na administração de Wanderley Dantas, transformou-se num verdadeiro “império da família Dantas”: irmãos, primos, sobrinhos e afilhados do governador foram chamados para ocupar os mais importantes cargos da administração.

O exemplo vem sendo seguido pelo atual governador, Geraldo Mesquita, que já nomeou um cunhado para a presidência da CODISACRE — Companhia de Desenvolvimento do Acre e um primo para diretor da COLONACRE — Companhia de Colonização do Acre.

Nos últimos dez anos, os personagens que compõem a casta dos superfuncionários acreanos são os mesmos, acrescentados apenas dois parentes e amigos dos governadores nomeados que chegam de fora. Pulam de um órgão para outro, voam aos mais altos cargos e, nas mudanças de governo, quando sofrem remanejamentos, nunca perdem seus privilégios.

No DER-ACRE (Departamento de Estradas de Rodagem do Acre), os diretores estão ali há 12 anos, mudando apenas de setores. Cleto Reinaldo Ramos, que já foi diretor do DER-ACRE, está hoje na Secretaria de Obras: uma das suas primeiras providências foi conseguir a nomeação de sua mulher, para

a Fundação do Bem-Estar Social.

Nada, porém, é capaz de irritar mais os acreanos que não pertencem à casta dos superfuncionários do que o caso do arrendamento do Hotel Chuí. Reconstruído pelo atual governo, com recursos que superariam os Cr\$ 10.000.000,00, foi arrendado a um irmão do deputado arenista Nosser Almeida por apenas Cr\$ 30.000,00 mensais.

Em Santa Catarina, o governador Konder Reis, promoveu uma completa reforma administrativa, que lhe permitiu a criação de uma série de empresas de economia mista para as quais foram contratados executivos por salários antes nunca sonhados no Estado.

Foi assim que, no decorrer de um ano, criou a CODESC — Companhia de Desenvolvimento de Santa Catarina — presidida por seu primo, Jorge Konder Bornhausen (que é também o presidente do Banco do Estado de Santa Catarina) e mais as seguintes empresas: Divulgação e Comunicação do Estado de Santa Catarina — DICESC — presidida por Flávio de Almeida Coelho; Eletrificação Rural do Estado de Santa Catarina — ERUSC — presidida por Arnaldo Schmidt Júnior (outro primo de Konder Reis); Companhia de Processamento de Dados — PRODASC — presidida por Francisco Grillo (genro de Aderbal Ramos da Silva, o conhecido cacique de Florianópolis); Empresa de Empreendimentos Turísticos de Santa Catarina — TURESC — presidida por Orlando Bertolli. E até a Imprensa Oficial de Santa Catarina foi transformada em empresa de economia mista, atualmente dirigida por João Bauer Neto.

As empresas de economia mista de Santa Catarina costumam ter 5 diretores, que recebem o salário mensal de Cr\$ 20.800,00 (o presidente recebe mais 20 por cento, além das diárias e gratificações). Mas a Companhia de Saneamento de Santa Catarina — CASAN — já tem sete diretores em sua folha de pagamentos, que simplesmente dobrou de um governo para outro.

O Poderoso.

Advogado de causas cíveis e direito trabalhista, nada indicava há dois anos que o bacharel Afrânio Sá viesse a se transformar no superfuncionário mais poderoso do Estado do Amazonas. Nada, além do fato de se referir sempre elogiosamente ao atual governador do Amazonas, Henocho Reis, e ter sido nomeado chefe da sua Casa Civil.

Logo nos três primeiros meses da atual administração ele deu uma definitiva demonstração do seu poderio. Ao não ser atendida a reivindicação que fez ao secretário da Educação, Waldir Garcia — hoje Secretário da Segurança de Roraima — para remover uma funcionária, não hesitou em demitir o secretário, um amigo de infância do governador. Redigiu o ato de demissão de próprio punho, sem o conhecimento de Henocho Reis. Depois, entregou o decreto para a assinatura do governador com uma recomendação: "Assine-o, porque este já não está mais no nosso esquema".

Como o poder de influência do superfuncionário Afrânio Sá é decisivo nas nomeações, as Secretarias da Educação, da Administração, passaram mais de seis meses, com um secretário acumulando as duas funções. Afrânio não concordava com a indicação nem do substituto de Waldir Garcia, na Educação, nem com a ida de um ex-deputado federal para a Administração.

Assim, o problema só foi resolvido quando o governador decretou intervenção na Prefeitura de Manacapuru. Havia necessidade de nomear um líder da região para um cargo do governo, a fim de angariar simpatias para a atitude do governo. E o bacharel Edmundo Seifair, com raízes políticas no município, acabou sendo nomeado secretário de Estado — fórmula que Afrânio Sá encontrou para resolver o problema da acefalia e evitar maiores problemas políticos numa importante região

eleitoral.

Sem nunca ter participado da política partidária, a não ser a estudantil, quando estudante de Direito, Afrânio Sá conseguiu controlar não apenas a situação, mas também a oposição. Logo após as primeiras sessões da Assembléia, onde o MDB é maioria e fazia veementes críticas ao governo. Afrânio orientou alguns dos seus auxiliares para que se aproximassem dos deputados da oposição, oferecendo favores.

A começar pelo deputado Farias de Carvalho, então líder da oposição, que teve uma filha nomeada e logo promovida a um cargo de chefia na EMANTUR — Empresa Amazonense de Turismo. Com certa habilidade, um ex-diretor do órgão, Heliandro Maia, conseguiu ser da confiança do deputado, pelo favor feito com a nomeação de sua filha.

Semanas depois, durante uma reunião secreta do MDB para se discutir o relacionamento de alguns deputados com o governo, veio à tona o seguinte fato: o carro de Farias de Carvalho, um Galaxie 70, sofreu um abaloamento, ficando todo danificado. Recuperado totalmente, os gastos de oficina foram pagos pela EMANTUR, como prova documento arquivado no órgão. Segundo se soube nessa reunião do MDB, o valor do conserto foi de Cr\$ 25.000,00. Farias de Carvalho foi afastado da liderança do MDB, mas nada sugere que o poder de Afrânio Sá tenha sido abalado. Ao contrário: o aluguel da residência do presidente da Assembléia, deputado José Cardoso Dutra, do MDB continua sendo pago pelos cofres públicos, exatamente como acontece com os superfuncionários do governo, ditos da situação.

"DO ESTADO NOVO A BRASÍLIA, O LONGO CAMINHO"

A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o desenvolvimento econômico, formada em 1951 durante o último governo de Getúlio Vargas, é habitualmente lembrada como o nascedouro da primeira geração de superfuncionários do governo.

Dela faziam parte, pelo lado brasileiro, os então jovens técnicos Lucas Lopes, Glycon de Paiva, Vitor da Silva e Roberto Campos. Sua principal função, através da formação de uma elite altamente capacitada, era a de assegurar ao país o regime da economia de mercado, essencialmente privatista, inspirado no modelo norte-americano.

O então chefe do Departamento de Gerência e Operações das Nações Unidas, Vitor da Silva, juntamente com Santiago Dantas foram os técnicos encarregados de estudar em Washington a formação da comissão que tinha por objetivo final criar no Brasil um órgão central de planejamento econômico, surgido no ano seguinte, em 1952, com o nome de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE. O primeiro presidente da Comissão foi Ari Frederico Torres, fundador também do Instituto de Tecnologia de São Paulo.

Alguns estudiosos, porém, como os professores Carlos Estevam Martins e Octavio Ianni, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, acham mais correto localizar a origem de tecnocracia estatal ainda no Estado Novo.

De fato, foi no final dos anos 30, com a criação do Conselho Federal de Comércio Exterior, que Getúlio Vargas procurou pela primeira vez, centralizar as formulações políticas econômicas do país. Com suas múltiplas comissões técnicas, o Conselho Federal do Comércio Exterior seria um primeiro embrião daquilo que, três décadas mais tarde, se tornaria conhecido como o Ministério do Planejamento.

A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, ensiva aos técnicos nacionais que todos os problemas econômicos deveriam ser detectados no nascimento, porque após o surgimento de leis sobre determinado assunto ficaria muito mais difícil solucioná-los.

Verbas da comissão eram destinadas ao financiamento de cursos de PHD nos Estados Unidos para centenas de novos técnicos brasileiros, saídos sobretudo dos quadros do Itamaraty,

Banco do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, DASP e Petrobrás, além de outros funcionários lotados em organismos internacionais como o Banco Mundial, UNESCO, BID, OEA e ONU.

Paralelamente às suas atividades no BNDE, essa primeira elite de tecnocratas brasileiros organizava a CONSULTEC, empresa privada de consultoria e planejamento, liderada por Roberto Campos. Como a empresa privada nacional era ainda incipiente, os principais clientes da CONSULTEC eram empresas estrangeiras. Data dessa época o intercâmbio de técnicos e informações, o vai e vem entre empresas do governo e empresas privadas (nacionais ou estrangeiras), prática tão criticada ultimamente no Congresso Nacional, por onde tramitam diversos projetos propondo restrições a essas idas e vindas.

Dentro do próprio BNDE, notava-se desde o início um abismo entre a elite dirigente oriunda da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e a primeira formada de técnicos brasileiros, de características fortemente nacionalistas.

O rompimento do primeiro grupo dirigente do BNDE com o governo, no entanto, só se daria com Juscelino Kubitschek, já no final dos anos 50 — exatamente quando a tecnocracia estatal ganhava o seu maior impulso, com a criação de um Conselho de Desenvolvimento Econômico, que gerou os diversos grupos executivos, como o GEIA, da indústria automobilística.

O desenlace se deu durante a crise do famoso “Caso Roboré” (assinatura de um acordo petrolífero com a Bolívia), quando todo o grupo tecnocrático liderado por Roberto Campos, Mauro Thibau, Lucas Lopes e Glycon de Paiva se afastou do governo e passou para a CONSULTEC (Consultoria Técnica e de Projetos), deixando apenas Vitor da Silva, como representante de suas idéias e posições políticas.

A CONSULTEC pretendia ser a cópia brasileira do “Economist”, objetivo que acabou não alcançando. Outros integrantes do Grupo fundaram posteriormente a APEC (Análise e Perspectiva Econômica) que, juntamente com a CONSULTEC, funciona até hoje.

Além do BNDE, os trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos resultariam mais tarde na criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico, com Kubitschek, em 1957, e do IPEA, com Goulart, em 1963. Depois de ter ocupado o primeiro cargo de secretário-geral do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, hoje Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais), Vitor da Silva foi para a diretoria do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) em 1964, ficando em seu lugar, um dos jovens técnicos da instituição, o piauiense João Paulo dos Reis Velloso, que dividia as funções de assessoria com Ogle Leme.

Em São Paulo, surgia a ANPES (Associação Nacional de Programa Econômico e Social), que durante muito tempo sustentou com suas generosas verbas, ofertadas por um grupo de banqueiros, o trabalho do próprio IPEA. Entre os técnicos que mais se destacavam na ANPES estava o jovem professor universitário Antonio Delfim Netto.

Protagonista de todo esse movimento, Vitor da Silva lembra que naquela época os técnicos com título de PHD encontravam melhores chances de trabalho no setor público, pois as empresas privadas cometiam o erro de recrutá-los apenas em meio-expediente, transformando esses empregos em meros “bicos”. Por isso, Vitor da Silva diz hoje que “o grande fornecedor da tecnocracia sempre foi o governo”.

A festa começa.

Contudo, a grande festa da tecnocracia apenas começava. Ainda não existia todo o aparato de que hoje dispõe e que só começaria a conquistar a partir da mudança da Capital Federal para Brasília. Naquela época, entre as regalias e os regabofes acessíveis aos tecnocratas exerciam maior fascínio as famosas missões ao exterior, pagas em dólares e sem maiores

restrições quanto às despesas.

A Capital Federal estava de mudança. O poder ainda estava nas mãos de políticos, alguns deles renitentes em deixar o Rio de Janeiro. José Bonifácio de Andrada e Silva, hoje líder da ARENA, então secretário-geral da Câmara dos Deputados, recusava-se até mesmo a ir a Brasília para inspecionar as obras. “Ninguém pode me obrigar a viajar de avião”, lamuriava-se. Acabou indo mesmo de carro, numa longa odisséia pela Rodovia Belo Horizonte-Brasília, a que só se submeteu devidamente acompanhado por um “staff” de médicos, mecânicos e assessores em geral.

Enquanto os órgãos do governo cuidavam de se transferir aos poucos, o Congresso Nacional teve que, obviamente, ir todo de uma vez — sem direito a maiores exigências, do que a de José Bonifácio: ir de carro e não de avião.

Para a tecnoburocracia emergente, porém, era preciso oferecer algumas vantagens. A mais famosa delas era a “dobradinha”, que simplesmente dobrava os vencimentos. Mas o governo oferecia também moradias e a CODEBRAS (Companhia de Desenvolvimento de Brasília) trabalhava febrilmente na construção de casas e apartamentos para abrigar os funcionários transferidos.

As regalias oferecidas durante a mudança acabariam, como é de hábito, se institucionalizando. Ao mesmo tempo, após sucessivas crises políticas, que provocariam a renúncia de um presidente e a derrubada de outro, teria início um progressivo esvaziamento do poder legislativo.

Os tecnoburocratas que a tudo assistiam impávida e placidamente viram chegar a sua vez de ocupar o vazio com a transferência do poder político para os militares. Criava-se, então, em meados da última década uma aliança tácita de dependência mútua entre os tecnoburocratas emergentes, hoje chamados de superfuncionários, e os militares, que perdura até os nossos dias.

Se, nos anos 50, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos os aproximou do poder, abrindo as portas de seus organismos de planejamento econômico, o novo regime os instalaria não mais em postos secundários de assessoria técnica, mas em postos-chave da gerência da Nação.

Como o Ministério da Fazenda era uma pasta tradicionalmente reservada aos banqueiros e como era necessário criar um organismo que coordenasse e estivesse acima de todos os ministérios da área econômica, capaz de dar uma uniformidade à ação governamental, foram encomendados estudos a Roberto Campos, que retornava ao primeiro plano da vida nacional, depois de uma passagem por postos diplomáticos.

Nascia, então, o Ministério do Planejamento, com atribuições específicas de organizar a vida econômica nacional, levando enfim à prática os esboços que Getúlio Vargas delineou no seu Conselho Federal de Comércio Exterior, uma antiga aspiração dos tenentes de 22, 24, 30 e que agora chegavam ao poder, já com a patente do generalato.

Para assumir o primeiro cargo de ministro do Planejamento, ninguém melhor do que o próprio Roberto Campos, profundo conhecedor dos mecanismos econômicos peculiares do Estado brasileiro.

A premência, porém, de adotar medidas drásticas para salvar o que restava da economia nacional, fez com que Roberto Campos adotasse uma política que, uma década mais tarde, acabaria provocando contradições profundas, hoje na raiz do grande debate nacional em torno da estatização.

Consistia essa política em fazer menos deficitária e administração do governo, tomando obrigatório o lucro nas empresas estatais, que antes tinham como única meta a prestação de serviços nas áreas não cobertas pela empresa privada. Era preciso gerar recursos para o governo e ao mesmo tempo reduzir gastos, o que levou ao corte dos subsídios, à política salarial centralizada, ao controle cirúrgico da inflação.

Para tornar lucrativos órgãos do governo antes deficitários, Campos levou para as empresas estatais os métodos de gestão das empresas privadas. Em termos de usos e costumes, ao menos, ocorria uma privatização das empresas públicas.

Como lucro passou a ser o objetivo fundamental, os fins passaram a justificar os meios. Por absoluta falta de uma legislação — até hoje precaríssima — que permitisse o controle e a fiscalização dos recursos geridos pelos órgãos da administração indireta, o único dado concreto disponível para qualquer juízo passou a ser o balanço do fim do ano: deu lucro, ou não deu lucro.

Vida própria.

A Reforma Administrativa consubstanciada no Decreto Lei 200 dava, por sua vez, uma flexibilidade de ação às empresas públicas antes impossível dentro da rígida estrutura salarial da administração direta.

De qualquer forma, as sementes já estavam lançadas e quando os frutos apareceram era tarde demais para voltar atrás. As árvores tinham vida própria, se multiplicavam — e tudo o que veio depois acabaria sendo mera consequência.

Do sucessor de Campos, o piauiense João Paulo dos Reis Velloso que Vitor da Silva havia deixado em seu lugar no IPEA, um importante empresário paulista diria no ano passado: "Este promove a estatização para garantir o emprego. Tirou carteirinha de ministro".

O empresário, um dos arautos da desestatização, referia-se à longa passagem de Reis Velloso pelo Ministério de Planejamento — ele é o recordista de permanência ministerial no atual ciclo revolucionário — como o principal inimigo da empresa privada.

Mas, será difícil, hoje, apontar um culpado isoladamente, ou a casta tecnoburocrática como um todo.

"Não existe uma resposta econômica para o grau de participação do Estado na economia. A decisão é política. Ou seja, dependente do poder político hoje empolgado pelos militares", diz um conceituado tecnocrata paulista, do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, que não aceita a paternidade da estatização imputada aos economistas.

Técnico de Contabilidade em Parnaíba, no interior do Piauí, engajou-se depois na campanha de Eduardo Gomes para a presidência da República, funcionário do IAPI e do Banco do Brasil, antes de ingressar no IPEA, estudar nos Estados Unidos, escrever um livro e chegar ao Ministério do Planejamento, não há nada que indique na carreira de João Paulo dos Reis Velloso uma tendência estatizante — nem mesmo o seu II Plano Nacional de Desenvolvimento.

Além de tudo, o Ministério do Planejamento só teve condições de fixar uma política econômica para o país durante a passagem de Roberto Campos, que realmente impunha suas posições. A liderança nunca foi um dos atributos de Reis Velloso, que viu o Ministério do Planejamento ser totalmente ofuscado pelo Ministério da Fazenda na determinação das grandes metas nacionais durante os governos Costa e Silva e Médici.

Essa mudança no pêndulo do poder dentro dos ministérios da área econômica é apenas mais uma demonstração de que nada ocorre de caso pensado, em respeito a uma filosofia rígida, seguindo uma linha mestra de pensamento. Assim como Roberto Campos certamente não teve a intenção de deflagrar o processo de estatização, Costa e Silva não pretendeu passar o comando da política econômica do governo ao Ministério da Fazenda — Delfim Netto, simplesmente, o assumiu. Apesar de toda a importância que se começou a dar ao planejamento econômico a partir da ruptura institucional de 64, todo o processo parece se desenvolver autônoma e casuisticamente, acima das intenções dos eventuais detentores do poder.

Isso acabaria dando aos dirigentes dessas empresas e a toda sua proliferante corte de assessores de alto nível uma

autonomia que permitia, inclusive, o progressivo desdobramento das empresas em subsidiárias, pois, se o objetivo fundamental é o lucro, era preciso buscá-lo onde fosse mais acessível, da programação de computadores à exportação de calçados.

Contudo, se o Estado deixava de ser o deficitário "papa-buraco" da economia nacional, ocorria faltamente um efeito não previsto na formulação de Campos — a escalada da estatização — totalmente oposto aos postulados da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos: (...) assegurar ao país o regime de economia de mercado, essencialmente privatista (...).

Enquanto isso, sem a mesma flexibilidade na manipulação de verbas, evidenciava-se a ineficiência da administração direta, enquadrada na Reforma Administrativa — e essa ineficiência era justificada pelos superfuncionários exatamente pela diferença nos métodos de gestão.

A tal ponto chegaram os contratos, que aos poucos foi-se institucionalizando uma prática nada edificante: o superfuncionário é contratado por uma empresa estatal e imediatamente requisitado por um órgão da administração direta, que não lhe pode pagar os mesmos altos salários. Essa prática, hoje, vai do Ministério da Agricultura, que requisita técnicos da COBAL (Companhia Brasileira de Alimentação), à Prefeitura de São Paulo, que busca seus engenheiros de tráfego na Companhia do Metrô.

"Há uma grande falta de talentos no país" — justifica o superfuncionário de uma empresa estatal paulista, para explicar os cada vez mais altos salários pagos a essa elite tecnocrática dos órgãos públicos (o salário do autor da frase é de Cr\$ 47.000,00 por mês).

Se a empresa dá lucro, não importam os salários, as vantagens, os métodos de gestão — passou a ser o axioma vigente.

Ao assumir o Ministério da Fazenda, depois de uma rápida passagem pela Secretaria da Fazenda do governo paulista, Antonio Delfim Netto era notoriamente um representante do empresariado paulista, ao qual se ligou durante a sua passagem pela ANPES (Associação Nacional de Programação Econômica e Social). Dele se poderia dizer tudo, menos que fosse um inimigo da empresa privada — e foi ele quem comandou com um poder quase absoluto a política econômica de dois governos revolucionários ao longo de sete anos.

Se Delfim não pode ser considerado um perigoso inimigo muito menos seu sucessor, Mário Henrique Simonsen — ele próprio um bem sucedido empresário privado, banqueiro e antigo consultor econômico da Companhia Souza Cruz.

As especulações que se faziam no início do atual governo de que, com a criação da Secretaria Geral do Planejamento da Presidência da República, em lugar do Ministério do Planejamento, Geisel pretendia dar finalmente a Reis Velloso o papel de mentor-mór da política econômica, acabariam não se confirmando na prática (se tivesse dependido de Delfim Netto, o Ministério do Planejamento teria sido simplesmente fechado, por inútil).

O sistema colegiado que se implantou no Conselho de Desenvolvimento Econômico se, de um lado, evitou o surgimento de um super-ministro, como foram Campos e Delfim, de outro pulverizou eventuais tendências para a liderança ou paternidade de projetos como o da estatização.

Quando o debate sobre a estatização, no entanto, ainda não detinha o monopólio das discussões nacionais, como se tem verificado ultimamente, o que restava do antigo poder político (leia-se Congresso Nacional) possuía outros bons motivos para atribuir à tecnocracia (leia-se os superfuncionários do governo) a responsabilidade de todos os males nacionais.

A começar, pela perda dos sinais aparentes de prestígio em favor da nova classe de civis e militares que se instalava próxima ou dentro do poder central. Os parlamentares que acompanharam José Bonifácio na heroica mudança de 1961 e que não queriam ir para os apartamentos que lhes estavam re-

servados numa superquadra da Asa Norte (porque faziam logo uma relação pejorativa com a Zona Norte do Rio de Janeiro) veriam progressivamente esvaziado não apenas seu poder político, que os deixa hoje à margem dos centros de decisão, mas também o seu poder pessoal.

Recentemente, o deputado Aluísio Paraguassu (MDB-RS) queria a todo custo subir à tribuna para se queixar que o diretor administrativo da Câmara, um engenheiro, tinha carro à disposição — e ele, um deputado, não. É comum encontrar parlamentares à saída do Congresso esperando um táxi ou uma carona, enquanto carros oficiais desfilam pela cidade levando famílias de superfuncionários ou meros subalternos dos órgãos públicos.

Os parlamentares continuam morando em 15 blocos de apartamentos espalhados nas quadras 302 e 202 norte e 111 sul. Até fins da última década, eles ainda tinham como vizinhos muitos superfuncionários e até ministros, que, com o tempo, foram-se mudando para as faraônicas casas do Lago, provocando uma estratificação social que não estava prevista nos planos de Niemeyer para a cidade — ele queria mesclar todas as classes.

Em 70, ainda moravam no bloco 1 da quadra 114 ministros de Estado, diretores do Banco do Brasil, funcionários do Congresso. Primeiro, saíram os ministros, depois os presidentes de bancos oficiais, autarquias, empresas de economia mista e estatais, fundações, etc. Hoje, lembra um parlamentar, até a cozinha do apartamento de um diretor do Instituto Brasileiro do Café, na quadra 312, é maior que o gabinete do presidente da Câmara (o único com direito a mordomia, que custará este ano cerca de Cr\$ 300.000,00). “E esse é só diretor. O apartamento do presidente do IBC, no último andar do prédio, tem mais de 800 metros quadrados...”, resmunga o parlamentar.

Nenhum parlamentar tem até hoje uma casa no Lago. E, além dos motivos financeiros (teriam que construí-la com seus próprios recursos e não com os dos órgãos públicos) levam uma outra desvantagem em relação aos superfuncionários: a cada 4 anos têm que disputar uma eleição para garantir sua volta a Brasília.

Duas Sociedades.

Não apenas em termos de moradia, mas de todas as atividades sociais é possível distinguir hoje em Brasília duas sociedades absolutamente distintas: a) dos superfuncionários, dos tecnocratas, dos militares; b) dos políticos, dos jornalistas, dos intelectuais. A área diplomática frequenta as duas. Os militares ainda costumam, uma vez ou outra, ir às reuniões da outra sociedade. Já os tecnocratas, não: para eles, isso seria um desprestígio. Viver isoladamente, parece, valoriza seu papel.

Os superfuncionários quando resolvem jantar fora costumam ir ao “Bon Appetit”, um restaurante onde uma refeição dificilmente sai por menos de Cr\$ 200,00. Os militares raramente fazem suas refeições em lugares públicos. O grupo mais próximo do presidente, civil e militar, costuma fazer suas refeições no próprio Palácio do Planalto.

Com as proliferações dos jatinhos oficiais-particulares, o contato do antigo poder político com o atual tornou-se ainda mais difícil: era nos aviões de carreira, principalmente na rota Rio-Brasília, que os parlamentares tinham condições de se informar com os superfuncionários sobre o que acontecia nos centros de decisão do país.

Nos fins de semana, os pontos de encontro das duas sociedades são ainda mais rarefeitos, mesmo porque são poucos os que ficam na cidade. Em torno de Brasília espalham-se as granjas e chácaras, oficiais ou privadas, frequentadas apenas por círculos mais íntimos.

Até os clubes dividem as sociedades. Os militares têm seus próprios clubes, fechados, exclusivos: o “Forte Apache”, como é conhecido o Círculo Militar; o Clube Naval, o Clube da Aeronáutica, etc. Os diplomatas vão para o Clube das Nações — o

mais exclusivo de todos.

Para os parlamentares há o Clube do Congresso, que tem um curioso item no seu estatuto: diz que, no dia em que o Congresso for fechado, o clube passará para o patrimônio do Governo de Brasília. Os superfuncionários da tecnocracia vão ao Iate, ao Golfe, ou ao Mandarino Clube de Tênis. Já o Country, o mais sofisticado de todos, fica para os comerciantes, os banqueiros — os homens do “dinheiro velho”.

As festas públicas são raras. Quando era mais intenso o clima de ufanismo no governo Médici, provocado pela conquista de um campeonato de futebol no México, foi introduzida a “Festa do Hasteamento da Bandeira”, hoje uma das principais fontes do incipiente folclore da Capital Federal.

Na verdade, como costuma acontecer com assuntos mais sérios, ela surgiu por acaso. Primeiro, construiu-se um imenso mastro de 150 metros de altura, importou-se o material para fabricar a bandeira (de nylon) e marcou-se a inauguração, várias vezes adiada porque o mecanismo automático de hasteamento teimava em não funcionar. Só depois descobriu-se que devido aos fortes ventos do planalto, que rasgavam sem remorsos a pesada bandeira, tornava-se necessário trocá-la uma vez por mês.

Para que o governo do Distrito Federal não fosse excessivamente onerado, Médici resolveu instituir uma festa mensal, em que os Estados se encarregavam alternadamente de custear e hastear uma nova bandeira. Em maio, por exemplo, foi a vez do Piauí, cujo governo deu uma demonstração dos recursos oficiais mobilizados nos novos tempos.

O governador Dirceu Arcoverde trouxe uma comitiva de 150 pessoas, especialmente convidadas, que viajaram em aviões a jato e se instalaram nos melhores hotéis da cidade — tudo por conta do governo do Piauí, evidentemente. Contrataram artistas e trouxeram um grupo de “Bumba Meu Boi” para se apresentar no grande dia. Presentes estavam todos os jornalistas de Teresina — o que fez com que muitos temessem que a grande notícia não saísse em nenhum jornal do Piauí no dia seguinte. Afinal, se todos os jornalistas estavam em Brasília, quem iria fazer os jornais do dia seguinte?

Numa dessas festas, o superfuncionário Miguel Colasuonno, ex-prefeito de São Paulo, hoje encastelado no Ministério do Planejamento, chegou a comentar: “O Acre só deu a ‘Ordem’ do lema da bandeira. Nem o ‘Progresso’ poderia dar...”

Médici deixou o governo, mas a “Festa do Hasteamento da Bandeira” continua, oferecendo uma das poucas oportunidades para as sociedades de Brasília se encontrarem em público, embora o mastro seja hoje um elemento de desequilíbrio na Praça dos Três Poderes — um desequilíbrio que o arquiteto Oscar Niemeyer tanto quis evitar. Os mais antigos chegam a lembrar, nessas horas, a cerimônia da queima das bandeiras dos Estados promovida por Getúlio Vargas, para simbolizar o fim dos regionalismos e a instituição do Estado Unitário.

Lembranças à parte, Brasília vai-se consolidando como a cidade político-administrativo-militar-diplomática para o que, afinal, foi construída, servindo de palco para as profundas modificações sofridas pela vida nacional desde a sua inauguração. Talvez não seja a cidade sonhada e idealizada por Kubitschek, Lúcio Costa e Niemeyer, como pode inferir por esse lamento do deputado gaúcho Jorge Ueked, na semana do sesquicentenário do Congresso Nacional, em maio: “Tchê, como demora a chegar a sexta-feira aqui”.

Na mesma semana, registrando a volta da comitiva do presidente Geisel da sua viagem a Londres, o “Estado de São Paulo” registrava na página 27 da sua edição dominical de 09 de maio: “O único incidente desagradável ocorreu no aeroporto civil, quando Geisel, sua mulher e filha já estavam na Granja do Riacho Fundo. Três funcionários da Polícia Federal receberam ordens de prisão de um ajudante de ordens da Presidência, por se negarem a dar vistos nos passaportes da comitiva presidencial sem investigarem a bagagem que chegava do Boieng re-

serva. Os funcionários insistiam em abrir as malas, que tiveram que ser descarregadas no aeroporto militar para fugir à investigação da Alfândega”.

Os tempos, realmente, estão mudados. Ou, nem tanto, dependendo do ponto de vista.

ACIMA DE QUALQUER CONTROLE, SÓ RESTA O SILÊNCIO”

“Entre as empresas estatais e as multinacionais, ainda prefiro as multinacionais, porque essas ao menos estão sob o controle do Congresso dos Estados Unidos” (um economista paulista).

Ironias à parte, os privilégios dos superfuncionários brasileiros chegaram a tal ponto, que no dia 24 de maio último as redações dos jornais foram surpreendidas com uma notícia vinda de Brasília: o próprio presidente da República estava tornando público o problema e determinando providências.

Dizia a notícia: “O presidente da República tomou conhecimento de que não estão sendo observadas prescrições legais que disciplinam o direito de mordomia pelos servidores públicos e determinou aos ministros de Estado, em circular divulgada ontem pelo Planalto, que promovam a responsabilidade de quem realize despesas com residências oficiais não autorizadas”.

No dia seguinte, o “Estado” publicava: “Setores governamentais manifestaram ceticismo quanto ao real cumprimento da circular dirigida segunda-feira pelo presidente da República (...). Fontes altamente qualificadas do governo afirmaram ontem, em Brasília, que é quase impossível o cumprimento do decreto-lei 75.321, que restringe a concessão de mordomia ao presidente da República e aos ministros de Estado, uma vez que não existe um órgão controlador dessas despesas”.

Havia fortes razões para esse ceticismo. A começar pela tentativa anterior do presidente da República, feita com os mesmos objetivos há um ano atrás — só que em caráter reservado. O fato de o presidente voltar a insistir no assunto, desta vez em público, talvez seja a melhor prova de que até para ele não é fácil exercer um controle sobre as atividades dos superfuncionários governamentais.

Apesar da preocupação do presidente Geisel, diante dos abusos cometidos por órgãos da administração direta e indireta do governo, notadamente quanto à mordomia, privilégios e outras vantagens, o Tribunal de Contas da União — órgão encarregado desse controle — não tem meios para exercê-lo.

Teoricamente, o Tribunal de Contas da União é um órgão auxiliar do Congresso Nacional na fiscalização dos gastos públicos. Mas o próprio Congresso não tem recursos para exercer essa tarefa, enquanto não for regulamentado o Artigo 45 da Constituição Federal, que trata do controle direto do Poder Legislativo sobre os órgãos da administração direta e indireta.

Desta forma, pode-se dizer que tais gastos fogem ao controle do próprio governo. Não fosse assim, não chegariam ao presidente Geisel inúmeras denúncias de abusos cometidos por seus auxiliares.

Na administração direta, tais excessos são decorrentes dos gastos com mordomia, viagens, uso indiscriminado de carros oficiais, moradias e demais vantagens que hoje chegam a tal nível de sofisticação que, em sua maioria absoluta, não podem nem mesmo ser controladas ou comprovadas.

Os gastos pessoais de ministros, assessores e altos funcionários com dinheiro do governo são incluídos nas tomadas de contas anuais examinadas pelo Tribunal de Contas da União. Ocorre, porém, que todas as despesas, inclusive com mordomia, são incluídas na relação das verbas destinadas a “encargos pessoais”, “despesas diversas”, “encargos de terceiros”, etc. Desse modo, nem o Tribunal de Contas da União consegue detectar o montante desses gastos, pois a inspeção inicial é feita

pela Inspeção-Geral de Finanças dos próprios ministérios, por inspetores de controle interno, naturalmente homens de confiança dos senhores ministros.

Só depois desta primeira peneirada a tomada de contas é examinada pela Inspeção-Geral de Controle Externo do TCU, que confronta os resultados obtidos com os apresentados pelas inspetorias dos ministérios. Raramente essa confrontação é feita “In loco”.

O relatório vai em seguida para a Procuradoria do TCU, que emite um parecer e o encaminha ao ministro-relator. O processo segue então para o plenário e, lá, esse parecer pode ser derrubado pelos demais ministros, ou totalmente modificado, mesmo que o documento afirme a irregularidade de determinadas contas.

As inspeções extraordinárias são os meios mais eficientes de controle utilizados pelo TCU pois, normalmente, o órgão é tomado de surpresa e não tem como esconder as possíveis irregularidades. Esse trabalho, entretanto, depende de um número bastante elevado de pessoal e o TCU o evita, por falta de condições.

Após diversas consultas feitas aos órgãos que cuidam do assunto, como TCU, Congresso Nacional e DASP, é possível concluir que não há como controlar tais gastos, principalmente os que se referem às vantagens recebidas pelos superfuncionários, desde o primeiro escalão.

O Tribunal de Contas da União pode, no máximo, aplicar multas simbólicas, como fez no famoso caso das irregularidades cometidas no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem quando era ministro dos Transportes o coronel Mário Andreazza. Mas isso só ocorre quando as irregularidades são muito graves e, assim mesmo, as multas servem apenas para alertar os superfuncionários mais descuidados com as despesas públicas.

Em meio à escuridão geral, porém, uma lei aprovada em julho do ano passado permitiria ao TCU examinar as contas das empresas públicas, sociedades de economia mista e subsidiárias, fundações e autarquias que se encontravam absolutamente livres de qualquer controle.

Essa lei, de número 6223, passou mais de três anos tramitando no Congresso, até ser aprovada. A primeira vez que se falou nela já faz quase dez anos. E, em junho, quando ela deveria entrar de fato em vigor, o próprio TCU em reunião realizada no dia 15 resolveu restringir suas atividades.

Diz a notícia publicada pelo “Estado” no dia seguinte: “Somente as subsidiárias de empresas públicas e sociedades de economia mista cujo capital pertença majoritariamente à União estarão sujeitas à prestação de contas ao Tribunal de Contas da União, segundo entendimento firmado ontem pela corte ao examinar consultas dos Ministérios das Comunicações e das Minas e Energia”.

A decisão foi tomada contra os votos da procuradoria-geral, em parecer do procurador Ivan Luz, e dos ministros Ewald Pinheiro e Vidal Fontoura, que afirmaram:

“Se a lógica aritmética prevalecer sobre a lógica jurídica na interpretação da irrestringível regra constitucional consubstanciada no artigo 70 da Constituição, vamos esbarrar em alguns absurdos de difícil digestão. Embora altamente significativos, recursos públicos poderão ser aplicados sem controle, seus administradores e responsáveis ficarão dispensados de prestar contas, porque aquela alta significância não venceu um desprezível percentual que a transformaria em majoritária”.

Sem condições.

Quer dizer: se o Tribunal de Contas da União já não tinha condições de realizar o trabalho que lhe cabia antes da Lei 6223, agora tem muito menos, pois as condições são as mesmas. Em vez de se aparelhar melhor, o órgão acha mais conveniente recusar novos encargos, invocando preceitos constitucionais que são contestados até mesmo por alguns dos seus integrantes.

Levantamento provisório feito pela 8ª Inspetoria Geral de Controle Externo do TCU apurou, até o momento, a existência de 182 empresas públicas, sociedades de economia mista e subsidiárias. O total, que será divulgado até o final deste mês, deverá se situar em torno de 250 entidades estatais, incluindo autarquias e fundações.

O Congresso Nacional, por sua vez, faz o que pode — quase nada. Limita-se a elaborar projetos de lei, invariavelmente rejeitados pela maioria governista. Os dois apresentados no corrente ano pelos senadores oposicionistas Lázaro Barbosa e Leite Chaves, procuram impedir que a remuneração dos superfuncionários exceda àquela recebida pelos ministros de Estado e pelo presidente da República — respectivamente projetos de lei número 18 e número 28.

A remuneração mensal dos superfuncionários, como se sabe, é apenas um pequeno detalhe do conjunto de privilégios progressivamente colocados à sua disposição e que, teoricamente, caberia ao Congresso Nacional fiscalizar. Mas, na prática, além de apresentar projetos de lei sem chances de aprovação em plenário, resta aos parlamentares fazerem denúncias da tribuna — sem as garantias da imunidade — ou enviar pedidos de informação aos ministérios, raramente respondidos.

O deputado Humberto Lucena (MDB-PB), por exemplo, enviou no dia 05 de maio deste ano um pedido de informações ao diretor-geral do DASP, por intermédio do ministro chefe da Casa Civil da Presidência da República. Entre outras questões indagava:

— A representação mensal concedida aos titulares dos cargos e funções relacionados ao Anexo I, do referido Decreto-Lei foi fixada, em alguns casos, para compensar a extinção das mordomias? (o decreto se refere ao reajuste de vencimentos e salários dos servidores públicos civis, em fevereiro deste ano).

— Quais os cargos e funções, cujos titulares têm, no momento direito à mordomia?

— Quais os dispositivos legais que fundamentam a concessão de mordomia ou de representação mensal a titulares de cargos e funções públicas?"

Pelo regimento, o Congresso Nacional espera 30 dias por uma resposta do órgão público inquirido. Quando isto não acontece, o presidente da Mesa reitera o pedido de informações. E, assim, sucessivamente. Em resumo, até o dia em que esta matéria foi redigida, passados mais de 40 dias, não houve notícia de que o pedido de informações tenha recebido qualquer resposta.

O mesmo deputado, em voto em separado apresentado a 22 de abril deste ano (Mensagem número 25, de 1976), quando se discutia o reajuste dos vencimentos do funcionalismo público afirmava: "Em primeiro lugar, não há como justificar que o reajustamento da remuneração de alguns cargos e funções chegue a cem, duzentos ou até trezentos por cento, enquanto o da grande maioria dos servidores não passa de trinta por cento. A mim me parece que a inflação é uma só para todos. Não se alegue que, em certos casos especiais, procurou-se compensar a propalada extinção das mordomias que, a princípio, no Brasil, era privilégio do Presidente da República e que, de uns tempos para cá, foi estendida a dezenas de altos servidores federais. Ao que me consta, nem as mordomias, nem as representações mensais, ora fixadas, têm amparo legal".

Se faltam aos parlamentares instrumentos legais para controlar a atividade dos superfuncionários, resta-lhes sempre o consolo de poder ir à tribuna para denunciar os abusos que consideram mais graves. É o que tem feito o deputado federal Carlos Wilson (Arena-PE), filho do senhador Wilson Campos, cassado por corrupção. Em violento discurso pronunciado no dia 20 de novembro do ano passado, ele indagava, indignado: "Como admitir que, para funcionários de terceiro e quarto escalões, sejam alugadas suntuosas casas em quadras do Lago? Estaremos imitando o modelo soviético das "dachas", com que o Governo russo premia seus tecnocratas?"

Pelo visto, Carlos Wilson também não conseguiu encontrar respostas. Pois, no dia 28 de maio deste ano ele voltava à tribuna, para denunciar a existência "de mais de uma centena" de funcionários favorecidos com mordomia nos Ministérios, nas fundações, nas sociedades de economia mista e nas autarquias federais em geral.

O representante pernambucano depois de lembrar que até o governo do marechal Castelo Branco a mordomia era um privilégio exclusivo do presidente da República, afirmou que foi a partir de 1970 que os funcionários subalternos passaram a dividir essa regalia com o chefe da Nação.

Segundo Carlos Wilson, esses funcionários, em sua maior parte residentes em Brasília, dispõem de luxuosas casas no setor do Lago sul da Capital da República, ou moram em luxuosos apartamentos no Plano Piloto, de propriedade do governo, tendo por vezes "uma mansão para gozar os fins de semana".

"Isto — acrescentou — quando não tomam um táxi aéreo, por conta dos cofres do governo, para passar seu fim de semana em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro ou em São Paulo".

O deputado revelou que "assessores privilegiados de certos Ministérios, dirigentes de órgãos vinculados a empresas estatais — gente de segundo escalão, conforme esclareceu — têm aviões executivos à sua disposição, com uísque a bordo e secretárias em funções de aeromoças".

Além disso, afirmou o deputado governista, esses funcionários participam dos lucros das empresas estatais, "o que é incompreensível, principalmente depois que a Revolução impediu os exatores fiscais de tomar parte no produto da arrecadação tributária".

Carlos Wilson disse também que os funcionários aos quais se referia "dispõem de serviços de segurança, verbas de representação, cartões de crédito, viagens internacionais com bagagem inviolável, contas abertas em supermercados, lavanderia e o insubstituível "cheque-ouro". No fim das contas, o salário mensal que recebem é apenas para comprar jóias da família, o automóvel da mulher e dos filhos, com gasolina fácil, e para abrir cadernetas de poupança".

Que fazer.

Numa agitada sessão do começo de maio no Senado, o senador Mauro Benevides (MDB-CE) deixou sua cadeira para explicar ao repórter, mais parecendo fazer um pedido do que uma constatação: "É preciso aparelhar melhor o Congresso para que ele possa cumprir seus encargos de fiscalização". A mesma frase seria repetida por dezenas de outros parlamentares, que se limitavam a admitir sua completa impotência no controle dos gastos públicos.

O senador Mauro Benevides chegou a sugerir a criação de uma auditoria única da Câmara e do Senado para o exame das contas de órgãos públicos, principalmente os pedidos de suplementação de verbas. A conclusão de Benevides: "A comissão de finanças do Senado e a comissão de fiscalização financeira da Câmara deveriam criar um órgão próprio para exercer a tarefa de fiscalização. Atualmente, não tem condições de cumprir a lei".

Outros parlamentares chegaram a sugerir a contratação de tecnocratas pelo Congresso... "Nós precisamos ter os nossos tecnocratas, porque só eles serão capazes de entender os números e a linguagem dos tecnocratas que nós deveríamos fiscalizar..."

Eventualmente, as críticas mais severas ao procedimento de superfuncionários são feitas fora do Congresso Nacional, como aconteceu em dezembro de 74 numa histórica reunião do Tribunal de Contas da União, quando o ministro Mauro Renault Leite resolveu denunciar publicamente alguns abusos mais graves cometidos pela EMBRAPA — Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

"As empresas públicas podem levar o país a um caos administrativo", advertiu Renault, lembrando uma frase usada no governo de Washington Luís sobre o exagero de planos de

construção de estradas, que poderiam levar o país à ruína.

A EMBRAPA, embora não fosse um caso isolado, estava de fato exagerando. Entre outros abusos, fazia contratos com empresas estrangeiras sem concorrência; registrava e pagava como técnicos altamente especializados garçons, contínuos, motoristas e telefonistas; gastava Cr\$ 250.000,00 em locação de imóveis por mês; oferecia mobílias no valor de Cr\$ 20.000,00 aos funcionários; participação dos diretores nos lucros da empresa, cujo balanço não apresentava lucros, mas déficit, etc.

Outros órgãos públicos que esporadicamente ganharam notoriedade pelos seus abusos foram a COBAL (Companhia Brasileira de Alimentação), o INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição), o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), entre outras siglas.

Ao apreciar as contas da COBAL, por exemplo, relativas ao exercício de 72, o TCU determinou diligência para que a entidade justificasse a distribuição de lucros aos seus diretores e aos funcionários, uma vez que os índices verificados na liquidez corrente e geral da entidade se apresentavam “desfavoráveis a esse procedimento”.

São, no entanto, providências isoladas, que rapidamente caem no esquecimento e cujas conseqüências nunca se tornam públicas. Em fevereiro de 75, a mesma COBAL voltava a preocupar o TCU: o problema da distribuição de lucros continuava sendo o principal motivo.

Segundo o procurador Sebastião Baptista Afonso, “essas empresas formadas com patrimônio eminentemente público têm um fim social, sem caráter lucrativo, uma vez que não devem competir com a iniciativa privada, pois sua criação deve ser de caráter complementar”.

As palavras do procurador, ao que tudo indica, se perderam no vazio, assim como suas constantes críticas à disparidade salarial existente entre funcionários da administração direta e indireta do governo, agravada pela terra de ninguém da participação nos lucros.

Como não se encontrava uma solução no nível federal, os órgãos estaduais também se sentiram no direito de estender sua linha de privilégios, que passaram a proliferar por toda parte. No Amazonas, por exemplo, os quatro diretores da Companhia de Saneamento, Águas e Esgotos do Amazonas – COSAMA – deram a si mesmos uma gratificação de Cr\$ 97.000,00 cada um em 75. Não importa que o balanço da COSAMA, publicado nos principais jornais do Estado, apresentasse um déficit de Cr\$ 27.000.000,00 no mesmo ano. Com lucro, ou sem lucro, a “participação nos lucros” estava garantida pelas gratificações auto-outorgadas.

É fácil imaginar a dificuldade encontrada pelos órgãos estaduais de controle de contas, se o próprio Tribunal de Contas da União confessa sua falta de recursos. O Tribunal de Con-

tas do Sergipe, por exemplo, não dispõe de recursos humanos para conseguir o mínimo de informações necessárias para executar suas tarefas. Um funcionário do órgão lamentava recentemente que, embora fosse função específica do tribunal, este ainda não teve condições de penetrar nas empresas públicas e sociedades de economia mista.

Há indicações seguras de que até a bota ortopédica do filho de uma alta autoridade do Maranhão foi comprada com recursos públicos. Como apurar a veracidade dessa denúncia feita publicamente por Freitas Diniz, presidente do Diretório Regional do MDB? De que elementos dispõem os órgãos fiscalizadores, como os tribunais de contas ou as casas legislativas, para saber o destino dado ao dinheiro recolhido dos contribuintes? As indagações se repetem – e o silêncio ainda é a única resposta.

PORTARIA Nº 462/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6996, de 09 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, de 05 de janeiro de 1976, ao funcionário MAURÍCIO GONÇALVES, matrícula número 152, ocupante do cargo de nível PL “18”, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de agosto de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 463/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6957, de 05 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

antecipar as férias concedidas pela Portaria número 02/76, de 05 de janeiro de 1976, ao funcionário contratado RENATO MARIO MIGUEL, deste Poder, para o período compreendido entre 16 de agosto e 13 de setembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de agosto de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral